

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIII

FLORIANÓPOLIS, 19 DE FEVEREIRO DE 2014

NÚMERO 6.655

## MESA

Romildo Titon  
**PRESIDENTE**

Joares Ponticelli  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Aldo Schneider

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Carlos Chiodini

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dóia Guglielmi

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: Angela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder:

**PARTIDO SOCIALISMO E  
LIBERDADE**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Marcos Vieira  
Narcizo Parisotto  
Neodi Saretta  
Ana Paula Lima  
José Nei A. Ascari  
Jean Kuhlmann  
Sílvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori  
Carlos Chiodini  
Volnei Morastoni  
Gelson Merisio  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch  
Maurício Eskudlark  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon  
Sílvio Dreveck  
Jorge Teixeira  
Dirceu Dresch  
Renato Hinnig  
Angela Albino  
Mauro de Nadal

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascari  
José Milton Scheffer  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Neodi Saretta  
Sílvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark  
Angela Albino

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel  
Marcos Vieira  
Angela Albino  
Dirceu Dresch  
Luciane Carminatti  
Darci de Matos  
Luciane Carminatti  
Valmir Comin  
Renato Hinnig  
Antonio Aguiar

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Dóia Guglielmi  
Narcizo Parisotto  
Dirceu Dresch  
José Nei A. Ascari  
José Milton Scheffer  
Mauro de Nadal  
Carlos Chiodini

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer  
Angela Albino  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ana Paula Lima  
Ciro Roza  
Altair Guidi  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi  
Jorge Teixeira  
Darci de Matos  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Luciane Carminatti  
Angela Albino  
Ciro Roza  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares  
Ana Paula Lima  
Maurício Eskudlark  
Reno Caramori  
Carlos Chiodini  
Renato Hinnig

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar  
Luciane Carminatti  
Sílvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino  
Darci de Matos  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni  
Antonio Aguiar  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann  
Aldo Schneider  
Sílvio Dreveck  
Altair Guidi  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon  
Ismael dos Santos  
Volnei Morastoni  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Sandro Silva  
Valmir Comin

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos  
Narcizo Parisotto  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Dirce Heiderscheidt

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador em exercício: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Rita de Cassia Costa</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 16 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 110ª Sessão Ordinária realizada em 27/11/2013.....2</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa..... 10</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Portarias.....10 Projetos de Lei ..... 11 Projeto de Lei Complementar ..... 13</p>
--	---	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2013

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Altair Silva - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados e sras. deputadas, é com satisfação que estamos hoje aqui para lembrar a data do dia 25 de novembro, que é o Dia Internacional do Doador de Sangue.

O doador faz a doação de sangue por solidariedade, e a solidariedade do planalto norte está

escrita no maior doador de sangue do mundo, que é lá de Canoinhas, o sr. Orestes Golanovski, *in memoriam*.

O sr. Orestes Golanovski organizou uma das maiores associações já feitas no planalto norte para fazer com que esse ato importante de doar sangue se perpetuasse na nossa região.

São Bento do Sul tem uma grande associação de doadores de sangue, assim como em outros municípios. Temos na Adosarec uma grande entidade que faz com que o planalto norte seja a região com mais doadores de sangue do estado de Santa Catarina.

Hoje a Presidência da Adosarec está na mão de Silmar Golanovski, filho de Orestes Golanovski, o maior doador de sangue e que faleceu no ano passado e deixou essa importante marca. O sr. Orestes Golanovski era de Canoinhas, catarinense, brasileiro e com grandes aspirações para a vida fazendo com que a solidariedade fosse o seu lema.

A nossa homenagem a todos aqueles que doam sangue e, principalmente, ao Orestes Golanovski, que deu exemplo de vida tendo essa grande missão de aumentar o número de doadores de sangue. Ele o fez com competência, elevando a região do planalto norte para uma das regiões com mais doadores de sangue do Brasil, proporcionalmente a sua população.

Queremos deixar o nosso incentivo ao presidente da Adosarec, Silmar Golanovski, saudando a ele quero saudar todos aqueles que fizeram a sua lição de casa, que doaram sangue durante este ano, fazendo com que muitas vidas humanas fossem salvas.

Aqueles que doaram sangue salvaram muitas vidas com a sua solidariedade. Então, os nossos parabéns aos doadores de sangue, em nome de Orestes Golanovski.

Também queremos nos reportar no dia de hoje a visita da presidente Dilma Rousseff, que se encontra em nosso estado. Ela esteve em São Francisco do Sul, na parte da manhã, neste momento está em Itajaí, e a tarde estará aqui em Florianópolis.

Temos a certeza de que a liberação da verba no valor de R\$ 2 milhões, através do Banco do Brasil, e outras grandes obras, será cumprida no estado de Santa Catarina, pela presença da presidente que traz, sem dúvida nenhuma, recursos abundantes para a nossa grande Santa Catarina.

Também queria aqui me reportar a São Bento do Sul. Estivemos, segunda-feira, no Hospital e Maternidade Sagrada Família, com o prefeito municipal Fernando Tureck, fazendo a visita oficial à irmã Neusa, a administradora Zélia, e de lá saímos com a disponibilidade da sala para fazermos a quimioterapia em São Bento do Sul.

Portanto, é uma grande notícia para São Bento do Sul. Queremos que esta sala esteja pronta na semana que vem para que a secretaria da Saúde faça a vistoria final. Temos certeza de que o Hospital e Maternidade Sagrada Família de São Bento do Sul vai sim continuar recebendo recursos importantes para a construção da ala da pediatria, verba essa também disponibilizada pelo deputado Silvio Dreveck.

E nós, como deputado, também fizemos a nossa parte para que o prefeito participasse do Fundam e fizesse um empréstimo no valor de R\$ 7

milhões, com juros zero para a pavimentação de São Bento do Sul.

Temos certeza de que prefeito não vai conseguir gastar agora o R\$ 10 milhões, mas certamente no ano que vem São Bento do Sul vai ser um canteiro de obras. A comunidade de São Bento do Sul terá o início da construção do Centro de Saúde de São Bento do Sul, juntamente com o terminal rodoviário.

Temos certeza de que o prefeito Fernando Tureck e sua equipe, não medirão esforços para que esta semana fique pronta a unidade de quimioterapia. A reunião feita com os médicos responsáveis, com o deputado Antônio Aguiar, com a irmã Neusa e a administradora do hospital, confirmou que a cidade de São Bento do Sul está quase pronta para receber a quimioterapia.

Este pedido é muito importante porque veio de uma audiência pública e foi confirmado pelo secretário adjunto da Saúde, Acélio Casagrande, que por sinal faz um grande trabalho naquela área. Queria parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando na saúde.

Quero dizer ao Acélio Casagrande que na semana que vem vamos esperar a equipe de vitoria da secretaria de estado da Saúde em São Bento do Sul para que possamos implantar a quimioterapia em São Bento do Sul o quanto antes.

Era o que tínhamos, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que no acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Nossa saudação muito especial também ao vereador Lino Venduri e ao vice-prefeito, Paulo Veloso, que estão nesta Casa trazendo inúmeras indicações da comunidade do município de Guaramirim.

Quero também cumprimentar, sr. presidente, o gerente de Educação da secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, sr. Moacir Merisio. Quero transmitir mais uma vez de público, através desta Casa as nossas especiais condolências a ele, ao seu filho Júnior, à filha Adriana e a toda família, pois, na última sexta-feira, sua esposa Inês Giansini, juntamente com o motorista, Marlon Cesari, foram tomados pela violência na estrada e tiveram morte instantânea, inclusive com a destruição total do carro em que eles estavam.

Quero transmitir a ele e a sua família o nosso sentimento de pesar e dizer a todos que Botuverá e Brusque orgulham-se do trabalho que ela fazia desde nova quando era nora do vice-prefeito Pedro Merisio; depois, quando era esposa do vice-prefeito Moacir Merisio, e nos últimos tempos, como secretária da Assistência Social, da Habitação e do Trabalho, especialmente da área social do atual prefeito. Esse sentimento de gratidão foi expresso pelo povo de Botuverá, que no último sábado foram à cerimônia de exéquias como forma de agradecimento pelo trabalho que ela fez pelo município. Então, nosso sentimento de pesar.

Quero também transmitir meu sentimento especial à família do padre Irmundo Rafael Stein, que estudou comigo no seminário, e que foi encontrado no dia de hoje desfalecido pela manhã na casa paroquial de Guabiruba, onde era vigário paroquial.

O padre Irmundo era sacerdote da Congregação dos Padres do Sagrado Coração de Jesus. Aparentemente, as causas da morte foram naturais. Catarinense de Luiz Alves, era filho de Protásio Tovis Stein e Anastácia Rech Stein. Nascido em uma família fervorosa, com habito de rezar diariamente pelas vocações, e a ideia de ser padre nasceu, ainda quando criança. Realizou seus estudos nos seminários de Corupá e Rio Negrinho, fez filosofia em Brusque, e teologia em Taubaté, onde foi ordenado diácono. A ordenação sacerdotal deu-se em Barra Velha, porque era a paróquia que ele pertencia, apesar de ele ser natural de Luiz Alves, desde o dia 16 de dezembro de 1978, pelas mãos do bispo Dom Gregório Warmeling, então bispo diocesano de Joinville.

Desde então se dedicava exclusivamente à pastoral paroquial, tendo trabalhado em São Paulo, em Independência, em Boa Vista do Buricá, no Rio de Janeiro, em Terra Boa, em Vidal Ramos, em Florianópolis, em Jaraguá do Sul, e, atualmente, era vigário paroquial em Guabiruba.

Então, queremos transmitir o nosso especial agradecimento pelo trabalho que ele fez como padre, como escritor de livro e de jornal. Nossos cumprimentos, então, a toda sua família.

Por último, quero saudar o deputado Jailson Lima, que ontem protocolou nesta Casa um projeto de lei que certamente contará com o apoio de praticamente todos os deputados. É conhecido que somadas as arrecadações que vem para a Assembleia, para o Tribunal de Justiça, para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público, chega perto de 20%, exatamente 19,8% da arrecadação do estado.

Também é conhecida por todas as partes do governo, pelo Poder Legislativo, Executivo e Judiciário, a ideia de que precisamos economizar no sentido de dar um rendimento melhor dos recursos públicos, que são bons enquanto são utilizados para levar uma qualidade de vida melhor para todas as pessoas.

Essa vontade seguramente está arraigada em todos nós, especialmente nas pessoas que ainda têm um maior comprometimento com a sociedade, como nós deputados. Existe agora uma aura no sentido do que precisamos fazer para melhor aproveitar os recursos com a economia que poderia fazer tanto a Assembleia, quanto o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, porque hoje a soma, o total da arrecadação ultrapassa 19%. Então, se cada entidade fizer uma pequena economia, poderemos alocar esse recurso para uma grande finalidade.

Esse recurso poderia ser aproveitado na área que hoje mais está ferindo a sociedade. Pelas últimas pesquisas mais de 60% das pessoas reclamam que a saúde está muito mal. E todos somos testemunhas disso.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, parabéns pelo seu pronunciamento, quando fala da necessidade premente de promovermos economia no setor público para investir nas áreas essenciais. Acho que é pertinente. Temos que tomar uma atitude para resolver o problema da saúde, da educação e da segurança. Temos que lançar mão da fatia de 72% que vai embora para Brasília e muitas vezes não volta mais para os estados. Esse é o grande problema do Brasil! A maior fatia do bolo não fica nos municípios e nos estados, que é onde a vida das pessoas acontece, vai para a capital federal e não volta.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quem deveria contribuir com uma grande fatia para a Saúde é o governo federal, que tem a maior parte dos recursos. Mas com a economia que todos os poderes fariam, poderíamos destinar mais recursos para a saúde e, principalmente, para os hospitais filantrópicos. Seria uma forma de estender a mão, de dar um sinal de que, ao mesmo tempo em que reivindicamos mais recursos para a Saúde, fazemos um gesto prático.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria de registrar a satisfação em homenagear o colégio Bom Jesus Santo Antônio, de Blumenau, que pelo segundo ano consecutivo conquista o primeiro lugar no Enem de Santa Catarina.

Fica registrado os nossos parabéns ao colégio Bom Jesus Santo Antônio por mais essa conquista.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu quero registrar a presença do vereador Valdir Zepellini, meu companheiro do município de Massaranduba, vereador mais votado da cidade e demais vereadores que estão acompanhando. Também do vereador do município de Porto União, que já foi presidente, o Bifão, famoso pelo seu jeito irreverente de ser e pelo seu trabalho voltado para a comunidade de Porto União.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos acompanham nesta quarta-feira.

Queria fazer referência à visita da presidente Dilma Rousseff ao estado de Santa Catarina, que é a notícia de hoje no estado, que está definindo o ritmo de trabalho também neste Poder, pois quem ainda não foi, é possível que vá.

Eu não irei porque não tenho muito estímulos pelas grandes concentrações, especialmente, vamos dizer assim, solenes, de exaltação etc.

O deputado Kennedy Nunes também informa que não o fará.

Mas queria apenas chamar a atenção de dois discursos contraditórios que ouvi na manhã de hoje, no rádio, ao vir aqui para a Assembleia Legislativa. Um do senador Paulo Bauer e outro do governador Raimundo Colombo.

E os dois estavam no mesmo palanque há três anos, com chapa completa.

Luiz Henrique e Paulo Bauer no Senado e Raimundo Colombo como governador. Era um palanque indestrutível, coeso e forte.

E hoje o discurso do senador Paulo Bauer a respeito da visita da presidente Dilma Rousseff era de que o povo de Santa Catarina deveria jogar ovos na presidente.

Até estranhei, porque o senador pelo que conhecemos do seu discurso como autoridade do estado é de que devemos ser todos comedidos, fazer a discussão dentro do caráter de respeito às instituições e às autoridades. Sempre ouvi o senador falar isso. Inclusive ele já falou isso para questionar a minha forma de atuação. E hoje o educado, diplomático e respeitador das instituições e das autoridades, senador Paulo Bauer, disse na rádio que o povo de Santa Catarina deveria jogar ovos na presidente da República.

Já o governador Raimundo Colombo diante da mesma pergunta relativa ao fato histórico, disse que essa visita da presidente Dilma Rousseff a Santa Catarina é a glória deste tempo.

Então, a um ano da eleição parece que já dá para definir a forma de se posicionar do senador que não está contente com essa relação, e do governador, que pelo menos, está fazendo bom uso da possibilidade para encaminhar mais alguns pleitos de Santa Catarina a sua excelência, a presidente da República.

Mas, queria fazer o registro de que não entendo direito o discurso do senador Paulo Bauer, aliás, não estaria com nenhum dos dois. Não acho que é a glória dos tempos, tempo histórico essa visita da presidente; mas, também não acho que é questão de jogar ovos, especialmente vindo do senador Paulo Bauer, porque se viesse de outro militante social essa postura, de alguém do povo até seria digno de consideração a manifestação legítima daquele que apenas tem essa forma de se manifestar e não é o caso evidente do senador.

E a minha divergência com a presidente Dilma Rousseff e, anteriormente, com o presidente Lula, é justamente que se parece muito com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa é a minha principal crítica, ela parecer na macropolítica econômica, nas privatizações, cessões de petróleo, aeroporto, estradas e etc, muito com o referido ex-presidente. De forma que não teria nem motivo para de repente o senador Paulo Bauer estar tão indignado com a visita da presidente. Não

fosse as eleições se aproximando, a menos de um ano, certamente não teria essa indignação.

Tenho, no entanto, outro assunto a falar, mas queria antes registrar o nosso voto "sim" ao projeto que cria o conselho estadual de gays e lésbicas aqui no estado de Santa Catarina - o GLBT. Nosso voto é favorável, não obstante posições que querem nos convencer do contrário, dizendo que politicamente perde votos. Ora, estamos aqui para defender opiniões, propostas, projetos e temos que, sim, sermos firmes em certos posicionamentos. O direito de uns jamais pode atropelar o de outros e muito menos as ideais socialmente embutidas na sociedade podem impedir que novas ideias e formas de relação e comportamento possam ser aceitas. Há que se respeitar a liberdade de todos e esse é um posicionamento que temos. Evidentemente que respeitar a liberdade de todos ao defender o direito dos homossexuais, das mulheres, dos homens, não é crime. Não pode ser. Não tem violência contra nenhuma pessoa. Assim, nosso posicionamento está mantido e manteremos nosso voto favorável com certeza.

Também quero fazer referência ao termo de cedência que está sendo chamado de manifestação o documento da secretaria de estado da Saúde, que tem sido imposto aos servidores do Hospital Florianópolis, onde o governo do estado, Raimundo Colombo, pretende abrir, mediante sua entrega de gestão, a uma organização privada, que prefere se autodominar empresa. Trata-se da associação ou Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina e estiveram aqui representantes, neste Plenário, há algumas semanas numa audiência pública da comissão de Saúde. E vimos inclusive a postura e a arrogância de imaginar que em Santa Catarina não se sabe o que é privatização, não se sabe qual é o preconceito dos grupos privados contra o serviço público.

O Hospital de Florianópolis, que foi fechado a praticamente quatro anos, no dia 10 de dezembro de 2009 pelo governador de Santa Catarina para reforma, portanto, vai completar quatro anos daqui a duas semanas e demorou esse período para terminar a reforma. Aliás, se for para abrir e ser administrado pela secretaria de estado de forma pública parece que não vai terminar nunca a reforma. Já tem o processo de licitação e prefiro assim, porque é entregar um bem público a um ente privado.

E agora o governo quer que os servidores do referido hospital, que estão trabalhando em outros hospitais, assinem um documento concordando com o fato de aquele hospital ser administrado por uma empresa de Medicina lá de São Paulo. Isso é um desrespeito aos servidores! Um desrespeito de o próprio poder público do estado de Santa Catarina e do Poder Executivo a ele mesmo, e também à população catarinense.

Eu, como servidor público, não apenas porque sou militar, mas jamais aceitaria ser dirigido, administrado, gerido por um grupo privado. E a secretaria de estado através da diretoria de gestão de pessoas está se propondo a não gerir mais os servidores do Hospital Florianópolis, quer transferi-los de mala e cuia a uma empresa de São Paulo da área de Medicina, entre diversos outros aspectos pelos quais somos contra as privatizações e terceirizações em geral, achamos isso aqui um absurdo. O governo precisa rever essa política.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito para falar é o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Sr. presidente, estamos felizes por receber a presidente Dilma Rousseff. E por mais que tenhamos algumas questões e momentos de divergências da sua gestão, trata-se da presidente do Brasil que nos visita e que tem tratado Santa Catarina com atenção, delicadeza e que tem sido sensível aos pleitos de nosso estado apresentados pelo governador Raimundo Colombo.

Esperamos que ela defina, no dia de hoje, em São Francisco do Sul, não estive lá, fiquei aqui na

comissão de Finanças e Tributação, sobre o lançamento de edital de duplicação da BR-280, que há mais de 30 anos estamos esperando, pois liga o porto de São Francisco do Sul à cidade de Jaraguá do Sul. É uma obra necessária e fundamental que vai mudar o perfil econômico da nossa região, que é a que mais cresce no Brasil, Joinville e norte.

Nós vamos, deputada Angela Albino, duplicar o nosso PIB em dez anos, triplicar em 30 anos, e a cidade de Joinville de 12 anos a 15 anos vai ser a segunda cidade do sul do Brasil em arrecadação, passando da arrecadação da cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, e hoje Joinville é terceira cidade do sul do Brasil.

Enfim, as projeções são fantásticas no que diz respeito ao nosso estado, e principalmente com relação a Joinville e ao norte do estado de Santa Catarina, mas precisamos da duplicação da BR-280.

Sr. presidente, também quero falar que hoje na comissão de Finanças e Tributação debatemos rapidamente sobre o Código Ambiental, e existem algumas divergências, porque a comissão de Constituição e Justiça seguiu por muito tempo esse projeto e até realizou algumas audiências públicas para as quais algumas comissões deveriam ter sido convidadas, como a comissão de Finanças e Tributação, de Agricultura e Política Rural e a de Turismo e Meio Ambiente.

Atualmente o Código Ambiental está na comissão de Finanças e Tributação, deputado Ismael dos Santos, e quero ratificar nesta tribuna a minha posição que é clara. Apesar da comissão de Constituição e Justiça ter segurado excessivamente esse projeto, nós da comissão de Finanças e Tributação, que temos o deputado Antonio Aguiar como relator, as comissões de Agricultura e Política Rural e de Turismo e Meio Ambiente, precisamos discutir esse projeto com serenidade e temos a tarefa, deputado Romildo Titon, v.exa. que fez um trabalho excepcional, de votar o Código Ambiental este ano, pois vai ser importante para Santa Catarina e para o Parlamento Catarinense, de outra forma, vamos sofrer duras críticas da imprensa e da sociedade catarinense.

Santa Catarina espera que este Parlamento aprove o Código Ambiental, que é ousado, moderno e objetivo, regre o nosso desenvolvimento sustentável, protegendo o nosso meio ambiente e dando condições para que o setor produtivo possa desenvolver as suas atividades.

Eu faço aqui sr. presidente, srs. deputados, um apelo para que possamos usar todos os esforços para votar ainda neste ano, mês que vem, antes do recesso legislativo, o Código Ambiental de Santa Catarina oferecendo esse projeto fundamental para o nosso estado, para que possa entrar em vigor no ano de 2014.

Sr. presidente, desejo também falar de mais um assunto. Ontem realizamos mais uma vez com sucesso a reunião da Frente Parlamentar do Varejo, e nós vamos ampliar essa frente, incluindo o combate a pirataria. Debatemos alguns temas com a presença da Fecomércio, da CDL, do Sindicato dos Óticos, e também tivemos a presença dos deputados Jorge Teixeira e Silvio Dreveck, que é o vice-presidente da Frente Parlamentar do Varejo, e que tem feito uma atuação marcante. Discutimos o projeto de lei de minha autoria e que tramita nesta Casa, cujo relator é o deputado Serafim Venzon e que também esteve na reunião.

O meu projeto de lei, deputado Nilson Gonçalves, define uma legislação proibindo a venda de óculos de sol nos camelódromos ou na mercearia da esquina.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Deputado Darci de Matos, sem querer atrapalhar o seu pronunciamento, até para que se tenhamos tempo de operacionalizar, caso o presidente concorde, poderíamos antecipar a Ordem do Dia das 16h para as 15h, para que possamos participar da visita da presidente da República aqui em Florianópolis que está marcada para as 16h. Estou fazendo uma proposição, se não for aprovada, tudo bem. Apenas sugiro que se

faça a consulta a todos os líderes, porque a imensa maioria dos deputados, evidentemente, irá participar do encontro.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, gostaria de fazer meu pronunciamento. A não ser que abra vaga no horário de outro partido para que eu possa falar na sequência, mas gostaria de me manifestar sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Vamos aguardar o deputado Darci de Matos terminar seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não, deputado Nilson Gonçalves, meu tempo já está acabando, mas vou lhe permitir alguns segundos.

Apenas quero concluir dizendo que o meu projeto tem dois objetivos: a preocupação com a saúde pública e o combate à pirataria em Santa Catarina. Somos pela legalidade e pela formalização, e trabalhamos em defesa daquelas pessoas que se formalizam e que recolhem impostos para o estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. havia falado sobre a possibilidade de a presidente Dilma assinar a ordem de serviço para a nossa BR-280. Apenas gostaria de dizer para o colega que procurei me informar e fiquei sabendo ela nem tocou no assunto, falou de rodovias e nem citou a BR-280.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Quero, então, concluir meu pronunciamento dizendo que tratamos desse assunto ontem e com certeza o referido projeto sendo aprovado nas comissões, será muito importante para o estado de Santa Catarina. E eu concluo, dizendo, sr. presidente, que concordo com a proposição do membro da bancada do PSD, deputado Gelson Merisio.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, há uma proposição do deputado Gelson Merisio para consultar os líderes sobre a possibilidade de adiantarmos a Ordem do Dia para que os srs. parlamentares possam participar da visita da presidente Dilma, que está no nosso estado. Eu consulto se os líderes concordam com esta proposição.

O Sr. Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, quero me manifestar no horário dos Partidos Políticos. Até podemos antecipar, mas gostaria de me manifestar no horário do meu partido, sr. presidente.

O Sr. Deputado Gelson Merisio - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gelson Merisio.

O SR. DEPUTADO GELSON MERISIO - Posso fazer uma sugestão deputado Romildo Titon? O deputado Dado Cherem talvez resolva o problema. Faremos o horário dos Partidos Políticos depois da Ordem do Dia, apenas para podermos ter quorum para votar as matérias, e depois a sessão continua normalmente com a Ordem do Dia pronta. Resolve o problema dos deputados que querem usar o horário dos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Acho que não teremos quorum, é visível. Os srs. líderes concordam? Vamos ver quais bancadas abririam mão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela Ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ou todos nós recuamos ou me parece que a melhor proposta é a do deputado Gelson Merisio, que inverte os horários, porque daí garante o uso da palavra para quem vai ficar. Hoje também teremos interrupção da sessão por dez minutos, e o tempo do

PCdoB é uma vez por semana, e eu também tenho dificuldade em abrir mão desse horário. Não me importaria se todos concordassem, mas se alguma bancada não concordar ficamos também.

O Sr. Dado Chereim - Pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Chereim.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Sr. presidente, me parece que não temos quorum para votar as matérias mais relevantes. Acredito que a Ordem do Dia também não deve passar de trinta minutos, então abro mão e falo depois, desde que me deem o direito de falar no horário dos partidos, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - De qualquer forma, não houve a concordância dos líderes. Assim sendo, tendo uma manifestação contrária, esta Presidência não vai tomar a decisão de suspender o horário destinado aos Partidos Políticos, vamos continuar e as bancadas que resolverem colaborar, tudo bem, senão mandamos o deputado Padre Pedro Baldissera avisar à presidenta Dilma que os líderes das bancadas não concordaram.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, quero trazer presente a esta tribuna, no dia de hoje, que marca de uma forma ou de outra, com a presença da presidenta Dilma ao nosso estado, um momento extremamente importante, haja vista as diferentes ações, as diferentes políticas que vêm sendo implementadas por todo o nosso país. E eu não poderia, no horário destinado ao meu partido, de aqui enumerar um pouco deste momento extraordinário que vivemos neste contexto nacional, especificamente neste da visita da nossa presidenta Dilma ao estado.

Em primeiro lugar, quero destacar a presença da presidenta em São Francisco do Sul na parte da manhã para participar da cerimônia de ampliação do porto de São Francisco do Sul. Aliás, diga-se de passagem, extremamente importante, haja vista a ampliação da capacidade operacional do terminal portuário daquele município que atende o estado de Santa Catarina.

São investimentos que giram em torno de R\$ 35 milhões, sendo desses R\$ 30 milhões do governo federal e R\$ 5 milhões por iniciativa de recursos próprios.

Além de participar dessa cerimônia de ampliação, a nossa presidenta veio para o estado, de uma forma presencial, fazer a entrega de vários equipamentos como retroescavadeiras, motoniveladoras e caminhões caçambas para os municípios daquela região, contemplando ao mesmo tempo aqueles que já receberam, como na nossa grande região oeste, e aqueles que receberão futuramente.

São ao todo 810 equipamentos, máquinas, num total de 272 retroescavadeiras, 269 motoniveladoras e 269 caminhões caçambas, atendendo a todos os municípios com até 50 mil habitantes.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que é uma política de inclusão extraordinária e de uma importância estratégica, porque se os municípios fossem adquirir esses equipamentos gastariam muito mais do que aquilo que tem sido gasto com a aquisição dos mesmos. E depois serão repassados a todos os nossos municípios com até 50 mil habitantes.

Eu fui prefeito e posso falar, com muita tranquilidade, da dificuldade de podermos fazer a aquisição de equipamentos, principalmente nos pequenos municípios com características de pequena agricultura ou agricultura familiar. A dificuldade lá é muito grande!

Portanto, esses equipamentos são de uma importância extraordinária para ajudar no melhoramento das estradas e no escoamento da

produção dos nossos agricultores e agricultoras familiares.

Além dessa atividade de São Francisco do Sul pela parte da manhã, está acontecendo, neste momento, em Itajaí, também outra atividade: a nossa presidenta assina a ordem de serviço de ampliação das barragens de Taió e Ituporanga.

Diga-se de passagem, esse investimento, que trata da questão da prevenção das cheias, chega perto da casa de R\$ 1 bilhão, numa parceria do governo federal com o governo do estado de Santa Catarina.

Quando se trata da prevenção de cheias, é para a contenção das águas da chuva. Ao mesmo tempo também, de acordo com uma experiência extraordinária de Minas Gerais, isso serve exatamente de reservatório de água para os momentos de escassez de água e de chuvas, para ser utilizado de acordo com as necessidades dos municípios.

Portanto, esses investimentos são para a contenção das cheias no sentido da prevenção contra os desastres, porque Santa Catarina, infelizmente, tem passado momentos difíceis.

Outro aspecto importante que vai acontecer daqui a pouco aqui em Florianópolis é a assinatura do contrato de financiamento para o estado e os municípios, que perfaz o total de R\$ 2 bilhões para o programa Pacto por Santa Catarina, num financiamento que o governo do estado faz junto ao governo federal através do Banco do Brasil.

E, ao mesmo tempo, ela também fará o anúncio oficial das obras de dragagem do canal do Porto de Imbituba, que também é uma atividade importante, sendo que serão investidos um total de R\$ 35 milhões ou R\$ 36 milhões para o atendimento da necessidade daquele Porto.

Portanto, é uma visita extremamente oportuna e importante da nossa presidente Dilma Rousseff ao estado de Santa Catarina. Vemos que o governo federal tem olhado nosso estado com um olhar muito aberto, contemplativo para atenção com ações políticas no estado de Santa Catarina.

Neste sentido existe o reconhecimento da população catarinense pelas diferentes ações que vêm sendo implementadas por todo nosso estado através do governo federal.

Por isso, vamos participar dessa solenidade hoje no CIC, levando à presidente o nosso reconhecimento por aquilo que faz em defesa do povo catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Altair Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa-tarde, sr. presidente, quero saudar todos os telespectadores da TVAL, também da Rádio Alesc Digital, e também relatar que na noite de ontem, na cidade de Chapecó, deputado Narcizo Parisotto, que foi muito bem representado, assim como o deputado Gelson Merisio e a deputada Luciane Carminatti, realizamos uma sessão Solene em homenagem a Associação Chapecoense de Futebol, e um dos fatores principais que ocorrem em uma homenagem são as pessoas presentes chorarem de emoção, de alegria.

No centro de eventos, presentes muitas lideranças prestigiando o ato solene, o relato do presidente da Chapecoense foi marcante valorizando Deus, a família, o trabalho, e, principalmente, valorizando o trabalho de equipe, que elevou a Chapecoense à condição de vice-campeã da série B, proporcionando o acesso a série A.

As palavras do técnico Gilmar foram emocionantes, relatando a sua trajetória, inclusive afirmando que quis o destino que um filho da região, mais precisamente de Quilombo, próximo a Chapecó, no grande oeste, tivesse a oportunidade de ser o técnico da Chapecoense num momento muito importante da história do clube, que neste ano completa 40 anos.

Realmente foi um momento muito especial. Quem falou em nome dos patrocinadores foi o Neivor Canton, vice-presidente da Cooperativa Aurora, que relatou a importância e a união dos patrocinadores, que fez com que a Chapecoense

tivesse uma estrutura mínima para desenvolver um trabalho que foi a ascensão da série C para a série B, e agora alcançando a máxima do futebol que é chegar à série A.

Sr. presidente, foi um momento muito distinto, e eu quero registrar a atuação de toda equipe da Assembleia Legislativa que esteve em Chapecó para trabalhar desde a organização do evento à condução dos trabalhos. É uma equipe que trabalha com harmonia e que atendeu muito bem todos os que estavam presentes e conduziu o trabalho com maestria até o final da sessão. Foi um momento especial e quero deixar registrado nesta Casa a participação dos colaboradores desta Casa Parlamentar.

Os 60 dias na condição de deputado estadual passam muito rápido, mas é uma oportunidade para honrar os praticamente 22 mil eleitores que depositaram a confiança neste deputado e no partido, que tem proporcionado e liberado nesta Casa o rodízio entre os titulares e suplentes.

Nesta semana os 60 dias estão se encerrando. Amanhã também farei uso da palavra, mas desde já começo a me despedir com um agradecimento muito especial. Tivemos a sessão especial dos técnicos agrícolas aqui nesta Casa, profissionais ligados ao setor do agronegócio que tem liderado a participação do produto interno brasileiro, e do produto interno aqui de Santa Catarina na ordem de 37%, com a força do agricultor e de todos os demais profissionais do agronegócio, que tem feito uma referência para o Brasil e para o mundo, fornecendo alimento de qualidade, e Santa Catarina se destaca neste quesito.

Ontem também tivemos a oportunidade de participar de um fórum da Fiesc, promovido em conjunto com a Unoesc, que se tratava das prioridades que o grande oeste precisa para se manter competitivo ao longo dos anos.

E o grande oeste, que tem sido um exemplo para a economia brasileira de superação e esforços, numa região em que a topografia não é tão favorável, tem sido destaque na avicultura, na suinocultura, e agora mais recentemente, o grande oeste vem se transformando num grande polo de produção leiteira no Brasil, especialmente aqui em Santa Catarina, onde o grande oeste responde por 70% da produção do leite.

Evidentemente, todo este cenário precisa de logística. O nosso principal corredor, que liga o litoral a BR-282, se encontra na mesma situação da BR-101 há 20 anos atrás. Precisamos urgentemente viabilizar a duplicação da BR-282.

E amanhã darei segmento ao pronunciamento do dia de hoje, mas agradeço, sr. presidente, pela oportunidade, pela distinção que esta Casa tem proporcionado a um humilde suplente de deputado, que chega aqui com o propósito de trabalhar para melhorar a vida de todos os catarinenses.

Por isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Não havendo deputados que queira fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Chereim, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, há mais ou menos uns dez dias a nossa querida cidade de Balneário Camboriú foi acordada com uma notícia muito triste, sr. presidente. A cidade foi acordada com a morte do grande empresário da construção civil, o nosso amigo Rogério Rosa.

Foi um momento muito triste, uma data que todos nós, que éramos seus amigos, jamais esqueceremos. E o pior, srs. deputados, sra. deputada, foi saber a maneira trágica como isso ocorreu.

Pelo que li, proporcionalmente fazendo uma comparação de similaridade de sua morte, de coincidências, acredito que a morte de Getúlio Vargas foi para o Brasil como a morte do querido empresário Rogério Rosa foi para Balneário Camboriú, na grandeza da pessoa ou das pessoas.



Assim como Getúlio Vargas saiu da vida para entrar na história do país, das lutas sociais, do engrandecimento do nosso país, Rogério Rosa saiu da vida para entrar na história de Balneário Camboriú pela sua grandeza, pela sua determinação, sr. presidente, e pela sua perseverança de transformar a quantidade em qualidade na construção civil de nossa cidade e por que não dizer do nosso estado.

Tinha uma relação com Rogério de amizade, não éramos íntimos, mas tínhamos uma relação cordial de duas pessoas que por empatia se gostavam. Tenho na figura do empresário Rogério Rosa, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. também o conheceu, um homem gentil, educado, cordato, afável e era extremamente econômico, pois se tivesse que tecer palavras negativas ou falar de quem quer que seja. Mas se transformava em uma criança, deputado Kennedy Nunes, ou da água para o vinho, quando falava dos seus empreendimentos, da sua cidade, do seu trabalho ou quando falava da sua família ou dos seus funcionários.

Família no seu conceito de vida era todos aqueles que viviam o dia a dia com ele desde o mais humilde servente até o mais graduado funcionário de sua empresa. Rogério sabia dar valor a isso, deputado Nilson Gonçalves, porque começou de baixo, de família muito pobre e construiu um império na construção civil, mas com qualidade nas suas obras, e esse talvez seja o seu maior legado, a maior marca que ele deixa na construção de qualificar tudo aquilo que fez. Era um homem solitário e solidário, querido pelos seus amigos, querido pelos seus funcionários, mas era um homem solitário.

Lembro de algumas passagens, de algumas coisas que Rogério nos contava naqueles finais de tarde, na calada da noite, em conversas jogadas fora do dia a dia quando dizia com muita alegria e com muito orgulho que só atravessou o Atlântico depois de velho, pois não tinha dinheiro para viajar, deputado Kennedy Nunes, via nos filmes que assistia o que queria tirar para as obras, para os seus prédios, porque não tinha dinheiro para conhecer outro país, não podia viajar porque empregava tudo no seu trabalho, mas tinha percepção, tinha inteligência de olhar para frente e saber o que era bom, e apostava, acima de tudo, num mercado que estava nascendo em Balneário Camboriú, que era de luxo. Teve essa percepção e aí demonstra a grandeza do empreendedor, do empresário.

A década de 90 foi extremamente rica para a evolução de Balneário Camboriú, tivemos frente à administração municipal o prefeito Leonel Pavan e Rubens Spemau, que mudaram a história pública daquela cidade. Acompanhado deste momento, tivemos no empresário Júlio Tedesco a grandeza também de investir no teleférico, no bondinho aéreo e na marina que até hoje são motivos de matéria em todos os jornais nacionais.

Junto com esses grandes homens também surgiu Rogério Rosa que enxergou a necessidade de mudar o conceito na construção civil, de fazer com que a construção tivesse a qualidade necessária para acompanhar aquele momento de mudança de Balneário Camboriú.

Quando vejo isso, srs. deputados, lembro-me, sim, com alegria daquele homem que soube entender a mudança de balneário Camboriú e, acima de tudo, que acreditou que mudando a cidade também teria que mudar os conceitos de moradia de luxo da nossa cidade. E foi ele, sim, que começou essa grande mudança. O grande empresário Rogério Rosa que dizia, com muito orgulho, que ele conseguiu fazer algo que poucos conseguiram, que é ter um padrão de qualidade, o padrão Embraed.

Para vocês terem uma ideia, a sua abnegação pelo trabalho era tão forte que ele era síndico de todos os prédios que entregava, pois

não gostava que mudassem uma porta ou uma parede que não tivesse qualidade.

Não gostava que mudassem nada na fachada do seu prédio que mudasse a qualidade do seu empreendimento. Por isso ele entregava as obras, mas a sua equipe continuava a administrar aquele prédio. Vejam a obstinação que ele tinha pela qualificação e pela qualidade.

Por isso, hoje relutei muito em subir a esta tribuna. Não sei se devia, mas acho que no fundo eu não queria estar aqui, não queria falar sobre a sua ida, a sua passagem. Mas a história me obriga estar aqui para relevar e relembrar um homem da estatura de Rogério Rosa. Tenho essa obrigação como homem público de reverenciar o seu legado, a sua imagem. Fiz questão de estar aqui e quero dizer que o tiro que ceifou a sua vida calou a cidade de Balneário Camboriú naquele domingo.

Não vou dizer aqui e nem tenho esse direito de pedir que ele descanse em paz, pois acredito que ele nem sabe o que fez, mas com certeza vamos dizer aqui, sim, que eu, seus funcionários e sua família vamos trabalhar, rezar e orar para que ele possa, sim, daqui a pouco descansar em paz e reconstruir tudo aquilo no plano espiritual que tanto buscou aqui neste plano.

Por isso, srs. deputado, não tenho dúvida de que Rogério saiu da vida e entrou para a história, deixando, com certeza, um grande legado para todos nós.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DADO CHEREN - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Só para parabenizar v.exa, pela homenagem. Não sei se éramos amigos ou conhecidos, mas tinha um respeito muito grande por ele. Na última vez que conversamos, ele me presenteou com o livro *A Dieta do Sangue*, porque na hora que me ofereceu café eu disse: Só se for com leite, porque tenho que cuidar do meu estomago. Então ele me deu o livro para organizarmos o que devemos comer e beber de acordo com cada tipo sanguíneo. Ele foi uma pessoa maravilhosa que construiu uma grande história. Era uma pessoa muito simples e muito humilde. Parabéns deputado, v.exa. foi privilegiado com todo esse tempo de amizade com ele.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREN - Encerro, agradecendo o deputado Maurício Eskudlark pela homenagem e ao meu querido amigo Rogério, dizendo a todos que com certeza a construção civil teve dois momentos: antes e depois de Rogério Rosa e da Embraed.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Aproveito para me imanar ao seu sentimento, deputado Dado Cherem. Conhecíamos muito bem o Rogério Rosa e ficamos extremamente chocados. Que Deus o tenha em bom lugar!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, ontem infelizmente tive que me ausentar durante a discussão do relatório e dos trabalhos feitos pela CPI da Telefonia, mas queria aproveitar a oportunidade para cumprimentar todos os membros da comissão que fizeram um grande trabalho sob a coordenação do presidente, deputado Silvio Dreveck.

Foi realizado um trabalho excepcional, sério e com um resultado concreto. Pela primeira vez vi sentar à mesa, durante o relatório final de CPI, as duas partes envolvidas para firmar um acordo. E provavelmente isso nunca foi feito nem

no Congresso Nacional, que devia fiscalizar esse sistema da telefonia. A ausência da Anatel é um desastre no sentido de fiscalizar a telefonia no Brasil, e esta Casa deu exemplo a todas as Assembleias do Brasil, que hoje trabalham nessas CPIs para que esse serviço fundamental seja melhorado.

Quero cumprimentar os membros da CPI e principalmente v.exa., deputado Silvio Dreveck, pela maneira como conduziu esse trabalho.

Há alguns meses atrás levantei nesta Casa o problema do Poder Legislativo, do Tribunal de Justiça, Ministério Público e do Tribunal de Contas, com respeito aos recursos que são destinados a eles pela Constituição. E quero cumprimentar o deputado Jailson Lima pela coragem com que está tratando esse assunto. Não sei se é o melhor projeto, mas parabenizo-o pela iniciativa.

Acho que precisamos chamar esses Poderes para debater, porque não é mais possível continuarmos convivendo com essas diferenças. E não se trata apenas das diferenças salariais, mas da diferença pública das estruturas dos Poderes. Basta comparar a suntuosidade dos prédios do Tribunal de Contas, do Ministério Público com a precariedade das escolas estaduais, das delegacias de polícia, da secretaria da Educação. Sabemos da dificuldade que há para atender o pleito dos funcionários da Saúde, dos agentes da Educação. Sabemos da diferença salarial que existe entre os funcionários desta casa, o Judiciário e o Tribunal de Contas, mas a fonte é a mesma. Temos que aproveitar essa oportunidade para darmos um caminho, uma referência ao Brasil inteiro, porque não pode continuar assim.

E na realidade na medida em que cresce a receita do estado, e sabemos que há um esforço muito grande para aumentar a receita, para atender a demanda dos pleitos do estado na área de mobilidade urbana, de rodovias, de saúde, de educação e de segurança, que são problemas sérios que enfrentam todos os catarinenses, aumenta a receita destinada a esses órgãos. Mas acho também, sr. presidente, que não podemos dar um breque de uma hora para outra, porque provavelmente esses órgãos têm um planejamento para os próximos anos.

Ontem eu li a entrevista do ex-deputado, de quem tive a oportunidade de ser companheiro nesta Casa, Salomão Ribas Júnior, que é o presidente do Tribunal de Contas, e que concorda com isso. E é um assunto que merece uma grande conversa. Acho que temos que aproveitar essa oportunidade, porque não é mais possível continuar dessa forma. Dá a impressão de que o Tribunal de Contas é o primeiro mundo, assim como a Assembleia Legislativa e o Ministério Público; e que a estrutura do governo do estado que atende os serviços básicos da população nas áreas que acabei de fazer referência como saúde, educação, segurança, é o quarto mundo, terceiro mundo.

As delegacias de polícia do estado são uma vergonha. A estrutura onde funcionam as secretarias, a administração de segurança pública, o ambiente, às vezes, é até deprimente de entrar pela situação física, pela deterioração dos prédios. Então, temos que rever isso.

Por que um funcionário do Judiciário ganha quatro, cinco ou seis vezes mais do que um funcionário da educação ou da saúde?

Eu não estou dizendo que corrigindo o duodécimo vamos resolver tudo, mas, provavelmente, vamos diminuir essa diferença.

E esta Casa tem que aproveitar essa oportunidade com o projeto de lei do deputado Jailson Lima e botarmos todos na roda para conversar. Provavelmente o Judiciário vai ser sensível a isso, porque eu não acredito que os juizes e os desembargadores não se sensibilizem com essa situação, assim como o Tribunal de Contas e o Ministério Público, que são o arauto da

Justiça e às vezes até se excedem, mas têm um papel fundamental nesse processo.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V. Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Edison Andrino, quero cumprimentá-lo por trazer este assunto. V.Exa. tem razão quando fala da dificuldade dos recursos no âmbito do Executivo e no comparativo com as estruturas dos demais poderes percebemos nitidamente uma diferença gritante.

Em 2010 quando houve uma proposta do governo no sentido de aumentar o duodécimo dos poderes, quando o projeto foi lido no âmbito da comissão de Tributação e Finanças, da qual eu fazia eu parte, fiz o alerta de que aquela medida deveria ser melhor discutida, mas, infelizmente, naquele momento o assunto acabou não sendo adequadamente discutido e foi aprovado um aumento de duodécimo, que se releva, hoje, uma medida equivocada. Por isso o assunto está voltando para a Ordem do Dia e precisa, sim, ser melhor discutido, precisa ser amadurecido e contar com a compreensão dos demais poderes para que façamos uma discussão ampla a respeito desse assunto. Esperamos que haja participação dos poderes no sentido de que sobre mais recursos para fazermos o enfrentamento de tantos problemas diuturnos. E agora estamos passando por um momento de grande discussão no âmbito do funcionalismo público, porque nem todas as categorias estão sendo contempladas.

Existem problemas a serem corrigidos, mas temos que reconhecer as dificuldades do Executivo no sentido de buscar os recursos necessários para fazer frente às demandas que diariamente acontecem. Estamos com problemas na área de educação, saúde, segurança pública, assistência social, pois há necessidades de se estabelecer políticas públicas mais claras para atender e enfrentar as dificuldades de caráter social.

Mas o momento é oportuno para discutirmos isso e torçermos para que os poderes sejam sensíveis a abrir essa discussão, fazer uma redefinição dos percentuais dos duodécimos de cada um dos poderes.

Parabéns! V.Exa. está coberta de razão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig!

Concedo um aparte ao deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, fico contente com sua experiência, conhecimento e bom-senso. V.Exa., juntamente com o deputado Renato Hinnig, compõe a maior bancada deste Poder.

Eu sou favorável a debater esse assunto da forma mais tranquila possível, inclusive sugiro que o Poder Legislativo busque conversar em audiência com os outros poderes no sentido que possamos retomar os índices dos duodécimos de três, quatro ou cinco anos atrás. Creio que não precisamos aumentar mais os recursos para os poderes, este aqui não precisa e já foi anunciado isso há algumas semanas pelo próprio presidente.

Esses recursos fazem falta lá na linha de frente, para a população que não tem os serviços essenciais de qualidade garantidos integralmente, como educação, saúde, segurança pública e assistência social.

E nós, detentores do poder do estado precisamos, sim, sentar a mesma mesa e redefinir isso com bom senso para o bem da sociedade catarinense e para que possamos prestar um

serviço importante para a população do nosso estado.

Muito obrigado, parabéns pelo seu pronunciamento e posição.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Muito obrigado!

Sr. presidente, acho que esta Casa poderia liderar esse movimento. Agora, com o presidente, deputado Joares Ponticelli, quem sabe, até pelo tempo que falta para acabar o ano, um mês e meio, mas depois com a continuidade do deputado Romildo Titon, esta Casa, haverá de liderar esse movimento com outros poderes para que essa distribuição dos recursos seja mais justa e sobre recursos para aquilo que é fundamental para a população, que é saúde, segurança e educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, primeiro quero agradecer a v.exa. pela gentileza para que o PCdoB pudesse fazer uso do único momento da semana que temos direito, pois estava no *hall* da Assembleia recebendo os alunos da Escola Básica Américo Vespúcio, no Monte Cristo.

E aproveito para falar sobre a educação a distância, pois hoje, 27 de novembro é o Dia Nacional de Educação a Distância. No primeiro momento temos que reconhecer que o ensino superior brasileiro teve enorme crescimento após o surgimento da modalidade de educação a distância.

Na última década passamos de 40 mil alunos em 2003 para mais de um milhão de alunos em 2013. E se levarmos apenas em conta a graduação, se incluímos cursos livres, técnicos, pós-graduação e especializações, faremos a contabilidade de mais de três milhões de brasileiros e brasileiras matriculados em algum curso de educação a distância neste momento.

E foi no governo Lula e Dilma Rousseff que esse formato de inclusão do conhecimento levou para mais de dois milhões de residências o primeiro diploma de ensino universitário da história da família, principalmente nos rincões e lugares que nenhuma instituição de ensino superior antes havia se instalado, o que possibilitou a esses brasileiros terem essa oportunidade.

Outra característica fundamental de ser frísada é a re-inclusão ao ensino universitário destes alunos. A faixa etária média do ensino a distância até o ano de 2009 era de 37 anos e, atualmente, está nos 32 anos. Ou seja, o aluno ou a aluna que havia concluído o 2º grau e abandonado os estudos, graças às possibilidades e as flexibilidades de horário e custo, retornaram aos bancos escolares e hoje são profissionais mais capacitados que anteriormente.

Conforme os dados do censo de 2012 da Abed - da Associação Brasileira de Educação a Distância-, mais de 60% desses alunos são da classe D e E, trabalhadores e trabalhadoras do mercado informal que buscam não apenas o conhecimento, mas também sua inserção no mercado de trabalho de forma mais qualificada e melhor remunerada.

Santa Catarina sempre teve uma exitosa experiência com a educação a distância desde a UFSC, que é pioneira no EAD, dentre as universidades federais; e a UDESC, que levou a graduação em Pedagogia aos pequenos municípios catarinenses que necessitavam se adequar aos prazos da LDB; e a Unisul, que se tornou uma das maiores referências em EAD *on-line* do Brasil. E ainda o modelo sempre presencial da Uniasselvi, que de 1999 até 2013 passou de 600 alunos para

quase 100 mil alunos. Uma instituição criada em Indaial por uma família empreendedora de educação catarinense.

O nosso estado apresenta um índice de alunos matriculados no ensino superior melhor e maior do que o nacional. E assim também é com o EAD. São aproximadamente 50 mil alunos matriculados correspondendo a mais de 20% do total de matrículas espalhadas por várias cidades, em todas as regiões catarinenses.

As grandes instituições de ensino do mundo ofertam cursos a distância para alunos de todo o planeta, e essas novas ferramentas de tecnologia possibilitam uma seara de descobertas antes nunca vistas na humanidade.

Hoje um jovem cientista descobriu a cura para uma doença nas Ilhas Fiji, e em alguns instantes essa mesma descoberta será anunciada pelos quatro cantos do mundo, imediatamente novos cientistas, muitos deles, cursando universidades do EAD estarão avançando sobre essas descobertas. Fechar os olhos de forma ortodoxa e demagógica a esse formato de educação é negar o novo. E como nos ensina o poeta Antônio Carlos Belchior, o novo sempre vem.

Claro que ainda existem muitos problemas na educação a distância, como ampliar as pesquisas de extensão, a qualidade, mas estes também são desafios do ensino presencial, até porque os resultados do Enad feito entre os alunos de educação a distância e dos presenciais são muitos semelhantes, apesar da brevidade do surgimento dessa modalidade no Brasil ao menos em larga escala.

Por isso, neste Dia Nacional do EAD, conforme a Associação Brasileira de Educação a Distância, quero reiterar minha profunda admiração pelos alunos e alunas, tutores e tutoras, gestores e gestoras desta modalidade. Desejo o fortalecimento da luta contra o preconceito e discriminação aos alunos e alunas, formandos e formandas.

Quero reafirmar meu compromisso com os PLCs dos quais sou autora, deputado Carlos Chiodini, que buscam incluir todos os alunos carentes do ensino superior catarinense, independentemente da modalidade dos programas e de bolsas de estudo do governo do estado.

Além disso, pretendo continuar com firmeza batalhando para que se ampliem ainda mais os recursos destes programas, para que o nosso estado possa, cada vez mais, possibilitar o acesso ao ensino superior aos jovens, homens e mulheres catarinenses, que sonham com o seu diploma universitário.

Parabéns a todos que desenvolvem a educação de modo geral, especialmente à educação a distância em nosso País.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia. Como temos alguns projetos para serem votados, solicito aos srs. deputados que marquem suas presenças no painel para saber se temos o mínimo possível de quórum para as votações.

Eu pergunto se tem mais algum sr. deputado que ainda não marcou sua presença no painel.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu solicito a v.exa. que faça um apelo aos srs. deputados que estão na Casa para que possam vir marcar presença, porque é o segundo dia, de apenas três que temos na semana para fazer votação de projetos, que não temos quórum. Então, se os parlamentares estiverem nos gabinetes que venham marcar presença no Plenário, porque temos matérias importantes para serem votadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Solicito aos srs. deputados que estão no gabinete que venham até o Plenário para a votação de projetos. Mas eu suspeito deputada Angela Albino, que uma boa parte dos deputados estão acompanhando a presidente Dilma Rousseff, que está no estado no dia de hoje.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, tenho certeza que existem bancadas inteiras aqui nesta Casa que não apoiam a presidente Dilma Rousseff, o motivo não é esse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Lamentavelmente não temos quórum suficiente para votação dos projetos, temos a presença de 17 srs. deputados em Plenário. Temos que deixar a votação dos projetos para a próxima sessão ordinária.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu sou novata na Casa e não tenho visto fazermos a contagem de quórum antes de iniciar a Ordem do Dia, a menos que a minha memória falhe?

Então, hoje que acreditar que temos problema indefinido de quórum ou temos problemas de decisão sobre quais projetos serão votados ou não nesta Casa. Estou mencionando isso porque é absolutamente frustrante saber que nas quintas-feiras só aparecem aqui os parlamentares que desejam usar a tribuna, nunca mais do que isso. E amanhã vamos pedir contagem de quórum também? Então, vamos passar a semana inteira sem quórum para votar nesta Casa, o que eu lamento muito, principalmente porque estamos num momento em que a Casa está envolvida com projetos importantíssimos, como é caso dos servidores, e muito particularmente, o projeto do Conselho Estadual de Pessoas, do LGBT. Eu quero registrar a frustração que sinto por termos somente três dias da semana para votar e em dois não termos quórum. E os meus dons mediúnicos me dizem que amanhã mesmo pedindo, não vamos verificar quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Registrada a insatisfação da deputada Angela Albino.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu apenas gostaria de dizer, deputada Angela Albino, que v.ex.a. tem razão quando reclama da falta de quórum, e isso não está ocorrendo apenas nesta semana. Há dias fiz uma ata declaratória, porque não havia ninguém na hora do início da sessão. Acho que deveria ser uma prática a verificação de quórum antes do início da sessão, todos os dias, porque só assim teremos os deputados presentes. Inclusive fiz um pedido ao governo para que converse com os secretários e não marque agenda no período da tarde, principalmente às 16h, por causa do nosso quorum. Esta Casa precisa sim ter esta responsabilidade. Apenas quero deixar claro que não é uma questão por conta do seu projeto, mas há alguns dias está faltando quorum nesta casa.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado SILVIO DREVECK - Sr. presidente, quero registrar que não é possível passarmos a semana toda sem poder deliberar matérias que são relevantes para toda sociedade catarinense. Quero crer que não devem ser as audiências com os secretários que estão atrapalhando, mas algum outro motivo, porque nesta fase dificilmente o secretário está marcando audiências, pois as liberações encontram dificuldades. Mas ao mesmo tempo quero fazer um apelo e conversar com os colegas deputados, porque amanhã não vamos ter quorum, mas na terça-feira os líderes de suas bancadas façam um esforço, uma concentração para deliberar os projetos que estão trancando a pauta. É um apelo que fazemos.

Estamos há três semanas, nem isso, de encerrar o ano legislativo e quando chegar a última semana estaremos votando até a meia-noite. Podemos evitar isso e votar com mais tranquilidade e coerência os projetos que virão para este Plenário.

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, já ia fazer também esta proposição até por sugestão do deputado Narcizo Parisotto, no sentido de que haja um esforço concentrado na próxima terça-feira para votarmos as matérias pendentes. Quero realmente lamentar a ausência de quorum e dizer que, em nome da bancada do PSD, estamos presentes, sim, na maioria dos seus membros. Mas dizer sr. presidente, que independentemente da postura de votar favorável ou contra, faz parte do processo democrático e isso tem que ser respeitado. Mas no meu entendimento aprendi que a pior decisão de todas é a de não tomar uma decisão, ou seja, é não votar. Esta é a pior decisão! Por isso, espero que na próxima terça-feira possamos fazer o que ganhamos para fazer, ou seja, votar e cumprir com nosso dever e respeitar a população.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado RENO CARAMORI - Sr. deputado, entendemos que os srs. parlamentares têm seus gabinetes, suas secretarias, há também o Palácio do Governo, e hoje, excepcionalmente, está aí a nossa presidente, que não avisou que vinha e o pessoal foi tomado de surpresa, mas estão lá. Infelizmente, coincidiu o horário. Mas quero crer que na próxima terça-feira os deputados estarão aqui para votar. Entendemos perfeitamente que a Ordem do Dia é a parte mais importante da nossa sessão ordinária, mas também fazemos um apelo para que na próxima terça-feira os srs. deputados compareçam para que possamos desobstruir a pauta e votar os projetos que estão atrasados.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Na verdade, nunca tive a intenção ou interesse em usar aqui a frase que vou usar, ou seja, que me sinto o mais presente ou pelo menos um dos mais presentes nas sessões. E acho que sempre, claro que há exceções, ninguém é perfeito de cumprir cem por cento, até porque de fato temos outros compromissos, e eu como deputado de Oposição não tenho a oportunidade de conversar com tantos secretários assim, mas, de qualquer forma, estou sempre presente e quero dizer que se queremos ter o respeito que a sociedade espera

que o Poder Legislativo e os poderes em geral exerçam, precisamos estar aqui para votar, inclusive quando este voto implique em receber vaia e perder apoios. Isto é importante para o engrandecimento deste Poder.

Eu acho que é isso, porque se queremos valorizar a atividade política e o debate de ideias - entendendo que o Parlamento é um poder privilegiado neste sentido -, buscar convencer aqueles que pensam diferente de nós ou aceitar a possibilidade de ser convencido pelos que são diferentes, temos que estar aqui, inclusive, para votar em uma determinada posição e recebermos a crítica e a vaia, se for necessário. Mas isso faz parte do processo democrático. Não dá é para se omitir, senão perdemos os nossos objetivos aqui dentro.

Obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, na mesma linha de pensamento dos que me antecederam, quero dizer que todos os projetos são importantíssimos para esta Casa e para a sociedade catarinense. Então, gostaria que houvesse um esforço de todas as bancadas no sentido de se fazerem presentes na sessão de terça-feira, até porque um dos projetos, entre tantos, é de meu interesse e da deputada Angela Albino; que possam os líderes fazer o que eu, a deputada Angela Albino, o deputado Sandro Silva e o deputado Sargento Amauri Soares fizeram, trazendo toda a bancada. Somos em quatro. Então, 100% da bancada. E não sofremos tanto para trazer o nosso pessoal aqui.

Era isso, sr. presidente, para descontrair um pouquinho!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Passaremos à Ordem do Dia. Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0791/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0792/2013 e 0793/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0794/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1237/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1238/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 1239/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1241/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos e outros; 1242/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt e 1243/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

Os requerimentos que seriam submetidos à discussão e à votação hoje deixaremos para a próxima sessão ordinária.

Temos uma moção também que teria que ser discutida e votada, mas ficará também para a próxima sessão ordinária.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, há sobre a mesa um requerimento de autoria da líder da bancada do PCdoB, deputada Angela Albino, e mais uma série de outros deputados, requerendo a palavra no lugar da eminente deputada, por até dez minutos, ao sr. Eduardo Rosa, do Movimento SOS Dunas, da Ribanceira, para explanar sobre as principais atividades desenvolvidas no município de Imbituba.

Para tanto, suspendemos a presente sessão, por até dez minutos, para que o sr. Eduardo Rosa possa fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por dez minutos.



O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando a presença do pessoal da SOS Dunas, quero dizer que conheço bastante aquela região e que eu me assustei com a informação que eles trouxeram aqui. Podem contar com este deputado sobre essa que não é uma luta somente de Imbituba, mas é uma luta de todo o sul do Brasil essa questão das dunas e de estarmos preservando-as.

Eu quero falar de dois assuntos, deputado Silvio Dreveck, e sei que v.exa. também vai gostar do que eu vou dizer aqui.

Tivemos um histórico aqui em Santa Catarina, deputado Maurício Eskudlark, com relação aos serviços prestados pelos cartórios de registros imobiliários. Nós tínhamos um serviço bastante questionável com a demora das certidões, com o atendimento. É impressionante como era ruim a qualidade dos nossos serviços!

Lá em Joinville, terra minha e do deputado Nilson Gonçalves, do deputado Darci de Matos e do deputado Sandro Silva, não era muito diferente. Nós tínhamos lá os cartórios, que mandavam em tudo.

Em janeiro de 2010 houve alguma mudança porque passou a funcionar como cartório aquele que ganhou o concurso público. E veio uma turma nova deputado Silvio Dreveck, impressionante.

Deputado Sargento Amauri Soares, o ministério da Justiça faz uma premiação aos cartórios que dentro dos requisitos averiguados, passam pela responsabilidade socioambiental no que diz respeito os processos internos, sobre a equipe e o atendimento ao público.

Esses cinco quesitos são pesquisados em todos os cartórios do Brasil. E daí tem os cartórios que conseguem a certificação bronze, prata, ouro e agora surgiu certificação diamante, para quem consegue, no mínimo, 95 pontos. Aí você recebe uma certificação do ministério da Justiça.

No Brasil inteiro, srs. deputados e ouvintes catarinenses, foram 65 cartórios premiados. Dos quase 5.600 municípios, apenas 65 cartórios que alcançaram nota para ganhar essa certificação.

Desses 65, 23 cartórios são catarinenses, ou seja, pouquinho mais da metade dos cartórios que receberam a nota diamante são de Santa Catarina.

E estes são os novos que entraram em 2010 e que fizeram uma mudança na história, porque existe, pelo menos em Joinville que conheço, duas eras: antes dessa turma nova e depois da turma nova. É impressionante!

E o primeiro cartório de registro de Joinville, comandado pela dra. Bianca, é um dos cartórios que recebeu o título diamante. E o de São José, também recebeu a certificação de diamante.

Também a desembargadora Salete Somaliva, responsável por estes cartórios, foi homenageada por estar estimulando essa estruturação e esse tipo de reconhecimento do ministério da Justiça.

Há alguns cartórios públicos que ainda não passaram por esse processo, pois eles levam muitas vezes 60 dias para darem uma certidão, que no cartório de Joinville, por exemplo, sai em seis dias, porque eles prepararam um negócio muito interessante de pedir certidão via *internet* e enviam pelo *email* a certidão. É algo extraordinário.

Por isso, quero aqui parabenizar os cartórios de Joinville, que receberam essa certificação do ministério da Justiça, e as equipes. Eu estive visitando estes cartórios, e o cartório de Joinville, por exemplo, antes tinha 13 funcionários, agora tem 36 funcionários. Ou seja, triplicou o número de funcionários, diminuiu o tempo de atendimento ao cidadão, agilizou o processo, que agora é eletrônico.

Eu lembrei agora o nome do cartório

de São José, é Naurican Ludovico Lacerda, que é um dos que também recebeu a certificação diamante. E o cartório de São José e de Joinville receberam nota 99.

Então, quero mais uma vez parabenizar a equipe, os responsáveis que estão desempenhando esse papel tão importante. Com certeza esse título traz para Santa Catarina um olhar diferente, não apenas para o ministério da Justiça, mas que sirvam de exemplo para os outros cartórios.

Mais uma vez, parabéns a doutora Bianca, que é do 1º Cartório de Registro de Joinville. Também parabéns ao dr. Naurican, que é do Registro de Imóveis de São José, que receberam essa premiação do ministério da Justiça, a certificação da categoria diamante.

Gostaria, ainda, de agradecer, de público, desta tribuna, a deputada Angela Albino, que está aqui conversando com as pessoas, que apresentou um parecer, uma emenda ao meu projeto de lei que trata, deputado Reno Caramori, dos supermercados terem um lugar específico para alimentos que não contém glúten, que possuem baixa lactose, ou seja, alimentos especiais.

O que está acontecendo é que as pessoas que não podem ingerir um produto com lactose, porque têm intolerância à lactose, ou como no caso dos celíacos, que não podem comer nada que contém glúten, têm que andar de gôndola em gôndola, rodar o supermercado inteiro para tentar achar, deputado Silvio Dreveck, o alimento que procuram.

O nosso projeto de lei exige que os supermercados tenham um único lugar para colocar esse tipo de alimento, facilitando a vida de quem precisa ter uma alimentação diferenciada.

Eu estou ouvindo nos corredores que os supermercadistas são contra esse tipo de coisa, mas gostaria de saber qual o motivo de serem contra? Qual é a dificuldade de colocar num único lugar todos os produtos para pessoas com este tipo de necessidade?

Se eu fosse um supermercadista utilizaria isso como artifício para vender mais produtos, porque faria disso um diferencial. Mas gostaria de agradecer a deputada Angela Albino, que através de uma emenda incluiu novamente os celíacos, que haviam sido retirados.

Estou há sete anos nesta Casa, deputado Sandro Silva, e nunca vi nada igual, depois que o projeto de lei recebeu o voto favorável da deputada Angela Albino, todos os deputados pediram vistas hoje na comissão de Finanças e Tributação. Queria pedir aos deputados que agilizassem esse processo, porque vai salvar vidas colocar num único lugar os alimentos para pessoas que têm algum tipo de intolerância.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados, quero ler um artigo escrito pelo presidente da Associação Catarinense de Ensino a Distância, também meu correio eletrônico, Luciano Formighieri, pois hoje se comemora o Dia Nacional da Educação a Distância, como já foi falado aqui pela deputada Angela Albino.

Tenho um carinho especial também por essa modalidade de ensino, minha esposa é formada através desse método e vários amigos também encontraram no ensino a distância uma forma de ter a sua graduação.

(Passa a ler)

"Neste dia a ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância -, comemora o Dia Nacional da Educação a Distância. E muitos são os motivos para comemorarmos. A EAD é o maior fenômeno de inclusão ao ensino superior da

história brasileira. Em pouco mais de dez anos passamos de 40 mil matriculados na graduação para mais de um milhão de alunos estudando em universidades brasileiras nesta modalidade.

De 2003 até 2013 mais de 2,5 milhões de brasileiros se formaram em cursos de nível superior graças a esta modalidade e mais de 70% desses cidadãos como representantes da história de sua família a alcançarem esse almejado diploma.

Atualmente em Santa Catarina quase 20% de todas as matrículas no ensino superior já são na modalidade EAD. Temos formatos *on-line* e semipresencial e algumas instituições catarinenses são referência nacional no segmento. Se adicionarmos a esses dados o grande número de matriculados em pós-graduação, cursos técnicos e cursos livres, chegaremos facilmente a milhões de brasileiros que experimentam a cada dia mais ferramentas de aprendizado que se diferenciam da educação formal e presencial.

As próprias instituições presenciais já oferecem pelo menos 20% de sua carga horária na modalidade EAD. Universidades tradicionais e renomadas no mundo todo oferecem, inclusive gratuitamente, em muitos casos, cursos que podem ser acessados em um *laptop* em qualquer local do planeta e ainda participar de fóruns simultâneos, onde debatem realidades distintas, um aluno de Cingapura e outro do Amazonas.

Muitas são ainda as dificuldades desta modalidade. Temos que enfrentar regras burocráticas concebidas anteriormente a esse fenômeno, que não previam essa forma de educação, lutar pelo tratamento igualitário ao dos alunos presenciais, superar aqueles que grosseiramente tentam desqualificar o aprendizado deste formato, e, claro, desmascarar os representantes do atraso - semelhantes aos indivíduos que um dia resolveram quebrar computadores com medo de perder o emprego para máquinas - que se utilizam de questionários formais para impedir o acesso dos alunos da EAD os mesmos direitos que desfrutaram os alunos da educação tradicional.

Em Santa Catarina nossos legisladores podem neste momento corrigir a distorção nas leis estaduais que impedem jovens carentes que cursam EAD de acessar qualquer um dos programas de bolsas de estudo do governo do estado - que não tem culpa nesta discriminação, afinal as leis foram criadas antes da existência maciça da EAD - como os arts. 170 e 171 e do Fundosocial.

Essa é uma grande bandeira que temos empunhado em nome da justiça: a equidade e o fim da discriminação aos milhares de alunos, mais de 50 mil, da EAD em nosso estado.

Felizmente os indicadores da educação a distância são cada dia mais positivos e, se levarmos em conta a brevidade de sua história, são ainda mais alvissareiros. A EAD tem levado avanço aos rincões mais longínquos, especialização aos que podem acessar as mais avançadas ferramentas tecnológicas, oportunidade aos que desejam voltar a estudar e não viam forma na escola tradicional. Claro que a luta por mais qualidade de ensino, melhor infraestrutura e menos limitadores formais ainda persiste, mais sem sombra de dúvidas é impossível imaginar o mundo novo sem a inegável colaboração da educação a distância."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos aos srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, agradece a mesa diretora, moças, senhoras que trabalharam aqui e nos ajudaram a levar a bom termo esta sessão, agradece também o pessoal da TVAL, aos policiais civis e militares aqui da Casa, enfim a todos os servidores que tornaram possível o nosso trabalho de hoje, e convoca outra sessão, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

## A T O S   D A   M E S A

### A T O S   D A   M E S A

#### ATO DA MESA Nº 102, de 19 de fevereiro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR CARLOS ANTONIO BLOSFELD**, matrícula nº 4601, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Recursos Humanos, código PL/DAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de fevereiro de 2014. (DRH - Diretoria de Recursos Humanos).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 103, de 19 de fevereiro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR CASSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA**, matrícula nº 3266, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Tecnologia e Informações, código PL/DAS-7, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (DTI - Diretoria de Tecnologia e Informações).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 104, de 19 de fevereiro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações,*

**NOMEAR EDUARDO LANGE FONTES**, matrícula nº 7345, para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Suporte e Manutenção, código PL/DAS-6, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (DTI - Coordenadoria de Suporte e Manutenção).

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 105, de 19 de fevereiro de 2014

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:**

**RETIFICAR** o Ato da Mesa nº 044, de 5 de fevereiro de 2014 que EXONEROU a servidora **TAYANA CARDOSO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 4761, nos seguintes termos:

**ONDE SE LÊ:** “..., a contar de 5/2/2014,...”

**LEIA-SE:** “..., a contar de 19/2/2014,...”

Deputado **ROMILDO TITON** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Kennedy Nunes - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## P U B L I C A Ç Õ E S   D I V E R S A S

### P O R T A R I A S

#### PORTARIA Nº 317, de 19 de fevereiro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **MARCELO TOLENTINO DA ROSA**, matrícula nº 6969, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 318, de 19 de fevereiro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR MARCELO TOLENTINO DA ROSA**, matrícula nº 6969, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-78, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 319, de 19 de fevereiro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **GABRIEL ANTÔNIO GOMES**, matrícula nº 6378, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (Gab Dep Romildo Titon).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 320, de 19 de fevereiro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR GABRIEL ANTÔNIO GOMES**, matrícula nº 6378, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-74, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de fevereiro de 2014 (MD - Gabinete da Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 321, de 19 de fevereiro de 2014

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR JOSÉ ALCIDES NAKATANI**, matrícula nº 7272, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-75, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 12 de fevereiro de 2014 (MD - 1ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 322, de 19 de fevereiro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**

**LOTAR** o servidor **GABRIEL BARBATO**, matrícula nº 1203, na DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência, a contar de 03 de fevereiro de 2014.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 323, de 19 de fevereiro de 2014**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** *Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.*

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa**, a contar de 12 de fevereiro de 2014.

**MD - 1ª Vice-Presidência**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
7272	JOSÉ ALCIDES NAKATANI	Florianópolis

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 025.0/2014**

Dispõe sobre o serviço Disque Idoso no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º O Estado de Santa Catarina manterá o serviço de atendimento telefônico Disque Idoso, gratuito e ininterrupto, atendendo às seguintes finalidades:

I - prestar informações ao idoso ou a seu cuidador sobre a existência e o funcionamento dos principais serviços sociais disponíveis na sede de seu município ou no polo regional a que ele pertença;

II - orientar os idosos sobre seus direitos e deveres; e

III - receber denúncias da população referentes ao idoso desaparecido, abandonado, desmemoriado, em perigo de vida, em situação de violência física ou psicológica ou em outra situação que mereça ser denunciada.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, o Estado divulgará um número de telefone para contato direto da população.

Art. 2º O recebimento de denúncias será efetuado sem qualquer identificação do denunciante, com sigilo absoluto, mediante um número de protocolo.

Art. 3º O Estado poderá celebrar convênios com os municípios, visando à instituição de uma política conjunta de apuração das denúncias formuladas e ao encaminhamento destas aos órgãos fiscalizadores competentes.

Art. 4º O Estado promoverá ampla divulgação das medidas contidas nesta Lei, afixando nos prédios públicos e nos veículos de transporte coletivo, em local visível, cartaz contendo o número do serviço do Disque Idoso.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos após um ano, contado a partir daquela data.

Sala das Sessões,

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 19/02/14

**JUSTIFICATIVA**

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 230, imputa à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Atendendo ao comando constitucional, apresento a proposição para a implantação do Disque Idoso, o qual garantirá o amparo e a dignidade que a Carta Magna assegura.

O Disque Idoso tem por objetivo prestar informações ao idoso ou a seu cuidador sobre a existência e o funcionamento dos principais serviços sociais a seu dispor na sede de seu município; orientar sobre direitos e deveres e receber denúncias da população

referentes a idosos desaparecidos, abandonados, desmemoriados, em perigo, em situação de violência física ou psicológica.

Apesar dos esforços em privilegiar os idosos por todo o país, existem muitos que, por ignorância ou desinformação, sofrem com a solidão, doenças, abandono, maus-tratos e até violência explícita. Dessa forma, vislumbra-se a necessidade da implantação do Disque Idoso, que servirá para facilitar a inserção desses cidadãos nos serviços sociais existentes.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antônio Aguiar

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 026.0/2014**

Dispõe sobre a criação de Guarnições Especiais da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

Art. 1º Ficam criadas 3 (três) Guarnições Especiais da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, no território que compõe a 4ª Região de Polícia Militar, assim denominadas:

I - Guarnição Especial de Chapecó-Efapi (GECH-Efapi);

II - Guarnição Especial de Xanxerê (GEXA); e

III - Guarnição Especial de São Lourenço do Oeste (GESLO).

Parágrafo único. A Guarnição Especial de Chapecó-Efapi tem sede no bairro Efapi, no município de Chapecó.

Art. 2º A Guarnição Especial de Chapecó-Efapi atenderá aos municípios de Águas de Chapecó, Águas Frias, Caibi, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Cunhataí, Guatambu, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Palmitos, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Saudades, São Carlos e União do Oeste.

Art. 3º A Guarnição Especial de Xanxerê atenderá aos municípios de Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuação, Lageado Grande, Marema, Ouro Verde, Passos Maia, Ponte Serrada, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

Art. 4º A Guarnição Especial de São Lourenço do Oeste atenderá aos municípios de Coronel Martins, Formosa do Sul, Galvão, Irati, Jupia, Novo Horizonte, Quilombo, Santiago, São Domingos e São Lourenço do Oeste.

Art. 5º As Guarnições Especiais a que se refere esta Lei serão compostas pelo efetivo de, no mínimo, 100 (cem) policiais, comandadas por Tenente Coronel ou Major lotados nos respectivos municípios.

Art. 6º As despesas com o funcionamento e a manutenção das Guarnições Especiais criadas por esta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do Estado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Luciane Carminatti

Lido no Expediente

Sessão de 19/02/14

**JUSTIFICATIVA**

Esta proposição visa possibilitar a criação de Guarnições Especiais no território da 4ª Região de Polícia Militar que abrange, atualmente, a região Oeste do Estado de Santa Catarina.

A proposta por guarnições se dá em razão da restrição para a instalação de batalhões, companhias e pelotões em determinadas regiões, isto é, a necessidade de se ter, respectivamente, no mínimo, 200 mil habitantes, 70 mil habitantes e 70 mil habitantes, de acordo com a Lei de Organização Básica.

Estudos mostram o desamparo que a região Oeste tem enfrentado, uma vez que um único batalhão chega a atender a mais de 40 municípios, numa localização de fronteiras e de grande extensão territorial, o que faz com que os índices de violência e a insegurança da população regional aumentem.

Como exemplo, temos o 2º Batalhão de Polícia Militar composto por 54 municípios, sendo que destes, aproximadamente, 25 com 3 ou 4 policiais, 19 com 4 policiais e 6 com 3 policiais. Ou seja, esses municípios que possuem 3 policiais ficam metade do mês sem efetivo e guarnição para atendimento 24 horas e os municípios com 4 policiais ficam cerca de 8 dias sem efetivo e guarnição para atendimento 24 horas.

Discrepante dessa situação, temos as demais regiões do Estado com média de 1 Batalhão de Polícia Militar para cada 15 municípios, concentrando um grande número de Batalhões e Guarnições Especiais nas regiões leste, sul e norte do Estado, onde se tem municípios com até 2 Batalhões.

Como exemplo dessa priorização das demais regiões em detrimento da região Oeste, temos o 27º BPM de São Francisco do Sul que atende 05 municípios, 14º BPM de São Bento do Sul atendendo apenas 03 municípios, o 9º BPM de Criciúma que atende 05 municípios, o 16º BPM de Palhoça atendendo 1 município, o 1º BPM de Itajaí que atende também apenas 1 município, o GELG de Laguna atendendo 1 município, dentre vários outros que são contemplados com estrutura, efetivo e pequeno número de municípios para atendimento.

Ora, não se justifica que uma região grande produtora de grãos, aves e suínos, sede de frigoríficos de grande e médio porte e de suma importância para o Estado de Santa Catarina, assim como as outras, seja desprivilegiada no quesito segurança, gerando sentimento de falta de proteção, descaso por parte do Estado e até de impunidade para a população local, haja vista o crescente número de casos de violência registrados na região Oeste.

Nesta senda, diante dos entraves existentes, para a instalação destas Guarnições Especiais busca-se atender a comunidade da região Oeste do Estado de Santa Catarina, a fim de propiciar-lhes mais segurança e qualidade de vida, motivo pelo qual solicito aos nobres colegas parlamentares, pelas razões aqui expostas, a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputada Luciane Carminatti

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 027/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1386**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Secretaria de Estado da Infraestrutura, o projeto de lei que "Autoriza o Estado de Santa Catarina a delegar os serviços de remoção e depósito de veículos automotores envolvidos em infrações de trânsito de competência do Estado e estabelece outras providências".

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2014.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/02/14*

Exposição de Motivos Conjunta.

Excelentíssimo Senhor

**João Raimundo Colombo**

Governador do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Governador,

O Código de Trânsito Brasileiro - CTB, instituído pela Lei nº 9.507/1997, estabeleceu como uma das penalidades por infração à legislação de trânsito a apreensão do veículo (art. 256, IV) e como medida administrativa, também nos casos de penalidade, a remoção do veículo até a regularização de eventuais problemas detectados nas ações de fiscalização.

O CTB conferiu competência aos (art. 21, VI e 22, VII) aos órgãos e entidades executivos rodoviários e de trânsito dos Estados, no âmbito de sua circunscrição, para arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos.

O art. 262, *caput* e § 2º, do CTB definem que o veículo apreendido em decorrência de penalidade aplicada será recolhido ao depósito e nele permanecerá sob custódia e responsabilidade do órgão ou entidade apreendedora, com ônus para o seu proprietário, sendo que a restituição dos veículos apreendidos só ocorrerá mediante o prévio pagamento das multas impostas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica. A mesma norma é definida em relação aos veículos removidos, conforme prevê o art 271, *caput* e parágrafo único.

Finalmente, o art. 328, também do CTB, dispõe que os veículos apreendidos ou removidos a qualquer título não reclamados por seus proprietários, dentro do prazo de noventa dias, serão levados à hasta pública, deduzindo-se, do valor arrecadado, o montante da dívida relativa a multas, tributos e encargos legais, e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma da lei.

A remoção e a guarda de veículos por ação de fiscalização de trânsito constitui-se, pois, um serviço público de competência dos órgãos e entidades executivos de rodoviários, como é o caso do DEINFRA e executivos de trânsito, como o DETRAN.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 175, que incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

A constituição Estadual repetiu, em seu art. 37, *caput* e § 1º, a possibilidade da delegação dos serviços públicos por parte do Estado de Santa Catarina, também precedida de licitação.

A art. 175 da Constituição Federal é regulamentado pela Lei nº 8.987/1995, que estabelece normas gerais para a delegação de serviços por parte do Poder Público.

O art. 4º da mencionada lei define que as delegações de serviço público sujeitam-se à licitação.

A Lei Federal nº 9.074/1995, veda em seu art. 2º, a delegação de serviços por parte dos Estados, sem lei que autorize.

Os órgãos de fiscalização de trânsito estaduais, hodiernamente,

encontram enorme dificuldade para a remoção e guarda dos veículos em razão das ações de fiscalização, com problemas relacionados a espaço, segurança e, principalmente, conservação, sendo muitas vezes responsabilizados por eventuais danos causados a esses veículos.

A solução mais conveniente e oportuna, no momento, é a delegação dos serviços de remoção e guarda dos veículos na forma estabelecida na legislação de trânsito.

Os requisitos e condições da delegação dos serviços públicos são norteados pelos princípios e normas definidos na Constituição Federal e na Constituição do nosso Estado e nas Leis Federais 8.666/2993, 8.987/1995 e 9.094/1995.

Resta, pois, a autorização legislativa específica para a implementação da delegação dos serviços mencionados, justificando, assim, a edição de lei estadual conforme a minuta de projeto de lei que ara apresentamos a elevada apreciação de Vossa Excelência.

César Augusto Gruba

Secretário de Estado da Segurança Pública

Valdir Vital Cobalchini

Secretário de Estado da Infraestrutura

Paulo Roberto Meller

Presidente do DEINFRA

**PROJETO DE LEI Nº 0027/2014**

Autoriza o Estado de Santa Catarina a delegar os serviços de remoção e depósito de veículos automotores envolvidos em infrações de trânsito de competência do Estado e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Estado de Santa Catarina autorizado a delegar, sob o regime de concessão, os serviços públicos de remoção e estada de veículos automotores, nos casos previstos no Código de Trânsito Brasileiro, nos termos do art. 175 da Constituição da República, do art. 137 da Constituição do Estado e das demais normas federais e estaduais que regulamentam a matéria.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 028/2014**

Altera a Lei nº 2.627, de 1960, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospital Beatriz Ramos, de Indaial.

Art. 1º A Lei nº 2.627, de 19 de dezembro de 1960, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Hospital Beatriz Ramos, com sede no município de Indaial.

Art. 2º À Entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões

Deputado **MAURO DE NADAL**

*Lido no Expediente*

*Sessão de 19/02/14*

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 029.3/14**

Declara de utilidade pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, de São Bento do Sul.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede no município de São Bento do Sul.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para

o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades do exercício anterior;
  - II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;
  - III - Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
  - IV - balancete contábil.
- Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Sala das Sessões, em

**Volnei Morastoni**

Deputado Estadual PT/SC

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/02/14*

**JUSTIFICATIVA**

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública a Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede no município de São Bento do Sul

A entidade sem fins lucrativos, com duração indeterminada, tem por finalidade "Congregar as pessoas portadoras da síndrome de Parkinson; Promover a integração social; criar manter e desenvolver atividades e serviços de assistência; Desenvolver a formação e criação de grupos de apoio, inclusive com o envolvimento dos familiares, a fim de manter elevado o bem estar físico e mental" entre outros.

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, permitirá que a Associação usufrua dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma a capacidade de promover aquilo que objetiva. Em conformidade com a Lei que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei está instruído e legitimado.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Associação Norte Catarinense dos Portadores de Parkinsonismo, com sede no município de São Bento do Sul à sociedade catarinense, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Senhoras Deputadas a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

Sala das Sessões,

**Volnei Morastoni**

Deputado Estadual PT/SC

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 030.7/14**

Dispõe sobre a cobrança de tarifa mínima de água no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Na fixação dos valores a serem cobrados pelo uso da água deverá ser observada a metragem cúbica consumida por cada unidade, ficando proibida a cobrança de tarifa mínima pelas concessionárias, permissionárias ou empresas que atuem no Estado de Santa Catarina, sem prejuízo aos beneficiários da "Tarifa Social".

Art. 2º Não se aplica a vedação de que trata esta Lei quando a impossibilidade da aferição decorrer de:

- I - empecilho à leitura que se atribua ao consumidor;
- II - ajuste acordado entre o fornecedor e o consumidor, visando dirimir controvérsias anteriores com relação ao abastecimento;
- III - casos de força maior, como os ocasionados por problemas climáticos;
- IV - quebra do equipamento de medição, sem o conhecimento da empresa concessionária; e
- V - equipamento de medição furtado, invertido ou danificado propositalmente.

Parágrafo único. Nas faturas emitidas com base nas exceções de que trata este artigo a concessionária, permissionária ou empresa fornecedora assinalará a justificativa para a cobrança da tarifa mínima.

Art. 3º O órgão estadual de proteção ao consumidor promoverá o encaminhamento das reclamações contra as concessionárias, permissionárias ou empresas referidas no art. 1º que transgredirem o disposto nesta Lei, visando às reparações com base na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,  
Deputado Neodi Saretta

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 19/02/14*

**JUSTIFICATIVA**

Entendemos que o consumidor deve pagar somente pelo que efetivamente consumiu. Dessa forma, a presente proposição tem o intuito de compelir as concessionárias, permissionárias ou empresas de serviços de fornecimento de água a cobrar a tarifa com base, exclusivamente, no consumo.

Importante observar que para alguns consumidores, sazonalmente, o consumo de água pode ser menor que o estabelecido na tarifa mínima.

Por outro lado, acreditamos que a medida prevista neste Projeto de Lei ajudará a diminuir o consumo de água no Estado, posto que proporcionará o pagamento de menor tarifa ao cidadão que consumir menos água.

Portanto, esta proposição visa, também, incentivar o uso consciente e racional dos recursos hídricos, bem tão valioso e sob risco de exaurimento. A respeito, importante ressaltar que o *caput* do art. 225 da Constituição Federal prevê que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Pelas razões aqui expostas, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Neodi Saretta

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/14**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**GABINETE DO GOVERNADOR**

**MENSAGEM Nº 1385**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos conjunta da Secretaria de Estado da Casa Civil e da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei complementar que "Institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf) e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do presente projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 18/02/14*

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO**

EMC. Nº 001/2014 Florianópolis, 13 de fevereiro de 2014

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Temos a honra de apresentar a Vossa Excelência proposta de anteprojeto de lei complementar que institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Sudarf).

O referido projeto representa o cumprimento de compromisso assumido por Vossa Excelência de propor ao Parlamento estadual a aprovação de legislação que contemple a integração entre Estado e Municípios para a efetiva execução de ações governamentais e serviços de interesses comuns de forma regionalizada.

Ressaltamos que este anteprojeto de lei complementar, conforme orientação de Vossa Excelência, foi elaborado de forma democrática, consensual e com a participação de várias Secretarias de Estado, parlamentares estaduais, prefeitos municipais, consultorias jurídicas de órgãos e entidades e do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento da Grande Florianópolis.

Dentre os principais tópicos destacamos:

A Constituição da República no § 3º do art. 25, dispõe:

"Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

(-)

§ 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum."

No mesmo sentido, a Constituição Estadual no inciso I do art. 114 possibilita que a administração estadual seja integrada com os Municípios agrupados em regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões:

"Art. 114. O Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu

interesse e de Municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir:

I - regiões metropolitanas;  
(...)"

Dessa forma, e sendo imperiosa a necessidade de um lado, maior colaboração entre Estado e Município e, de outro, planejamento da ação governamental estadual de forma regionalizada, e que se apresenta o presente anteprojeto de lei complementar para instituir a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf), com perspectivas claras de sua atuação.

Inicialmente, são 8 (oito) as Municípios que constituirão a RMF em relativo processo de conurbação. São eles: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

Já os Municípios que integram a Área de Expansão Metropolitana da RMF são: Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

Enfatizamos que existe a intenção de consolidar, em breve, novas áreas metropolitanas, envolvendo todas as regiões do Estado de Santa Catarina.

Por ora, em face da proximidade dos Municípios que constituem a RMF, da diversificação das suas atividades econômicas e considerando a população, o crescimento demográfico, o grau de concentração, os fluxos migratórios, as perspectivas de desenvolvimento, os fatores de polarização e a necessidade de maior desenvolvimento da região, há extrema necessidade de que a RMF seja integrada por poucos Municípios.

O presente anteprojeto possibilita que as unidades político-administrativas envolvidas tenham participação efetiva no processo decisório do plano intergovernamental, de modo a ultimar o desenvolvimento de ações integradas e garantir investimentos, financiamentos e a realização dos serviços de interesse comum. Haverá também a participação conjunta do Poder Público e da sociedade no processo de interatividade, planejamento, tomada de decisões e fiscalização dos serviços públicos comuns à RMF.

Com tal integração, buscamos alcançar tratamento diferenciado, especialmente no que tange à obtenção de recursos públicos destinados a investimentos de interesse comum. Assim, a RMF certamente atrairá importantes fluxos econômicos, financeiros e sociais para o Estado de Santa Catarina.

Para a consecução dos objetivos da RMF, será instituída a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf), nova entidade com personalidade jurídica de autarquia de regime especial e de natureza territorial-autárquica. A Suderf formulará e executará as políticas públicas ligadas aos interesses metropolitanos dos Municípios que constituem a RMF, bem como exercerá a titularidade dos serviços públicos reputados de interesse comum por delegação dos entes federados que detêm a titularidade originária, de forma a contribuir para a melhoria das condições urbanas, a ampliação da oferta de serviços e da infraestrutura, a mobilidade urbana e a acessibilidade a transportes coletivos.

A Suderf tratará de questões de interesse comum da RMF, fixando sua linha de competência e seu processo decisório em estrita obediência à legislação em vigor.

Como competência da Suderf, destacamos atividades vinculadas à formulação e a execução de políticas públicas ligadas aos interesses metropolitanos, em consonância com as deliberações do Colégio Superior e do Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf), na forma e nos limites estabelecidos pelo § 3º do art. 25 da Constituição da República e pelo art. 114 da Constituição do Estado. Caberá também à autarquia a coordenação dos serviços comuns de interesse da RMF, especialmente a prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, observadas as políticas nacionais previstas em lei.

A Suderf, pela proposta apresentada, contará com a seguinte estrutura organizacional: a) Colégio Superior, órgão máximo de deliberação; b) Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf), órgão de caráter normativo e deliberativo da RMF; c) Superintendência-Geral, Órgão de representação da Suderf; d) Diretoria Técnica, órgão de execução; e e) Diretoria Administrativo-Financeira, órgão de gerenciamento administrativo.

O processo decisório ficou assentado sobre o Colégio Superior e o Coderf. O Colégio composto pelo Superintendente da Suderf, Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Secretário de Estado do Planejamento, Secretário de Estado da Infraestrutura e pelos Chefes do Poder Executivo de cada um

dos Municípios que constituem a RMF, deliberará sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Coderf, homologará as deliberações do Coderf relacionadas às matérias especificadas no anteprojeto e formará a lista tríplice para a escolha do Superintendente, do Diretor Técnico e do Diretor Administrativo-Financeiro da Suderf.

Já o Coderf será composto por 15 (quinze) membros e terá as suas competências definidas no art. 11 deste anteprojeto.

Nesse contexto, a presente proposição expressa de forma direta e explicativa os objetivos a serem alcançados com a colaboração mútua e convergente entre Estado e Municípios, atendendo ao anseio de quase um milhão de habitantes.

Por fim, considerando a urgência da matéria, propomos que Vossa Excelência solicite à Assembleia Legislativa do Estado celeridade na tramitação do anteprojeto apresentado.

Respeitosamente,

**NELSON ANTÔNIO SERPA**

Secretário de Estado da Casa Civil

**MURILO XAVIER FLORES**

Secretário de Estado de Planejamento

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0001/2014**

Institui a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF) e a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf) e estabelece outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**

**Seção Única**

**Da Instituição e dos Objetivos**

Art. 1º Fica instituída, na forma do § 3º do art. 25 da Constituição da República e do art. 114 da Constituição do Estado, a Região Metropolitana da Grande Florianópolis (RMF), como unidade regional do território estadual.

§ 1º A RMF é constituída pelos Municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.

§ 2º Integram a Área de Expansão Metropolitana da RMF, nos termos da Lei Complementar nº 495, de 26 de janeiro de 2010, os Municípios de Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

§ 3º Poderão integrar a RMF os Municípios que vierem a ser criados em decorrência de desmembramento, incorporação ou fusão dos Municípios referidos no § 1º deste artigo.

Art. 2º São objetivos da RMF:

I - o planejamento regional voltado para o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado da região, buscando a constante melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população nela compreendida;

II - a cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante descentralização de recursos, bem como a articulação e integração dos órgãos e das entidades da administração direta e indireta com atuação na RMF, com vistas ao aproveitamento máximo dos recursos públicos a ela destinados;

III - a utilização racional do território e dos recursos naturais e culturais, com respeito ao meio ambiente, à sua sustentabilidade e às suas peculiaridades;

IV - a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum dos entes políticos que constituem a RMF; e

V - a redução das desigualdades regionais e a melhoria das condições de habitação.

Parágrafo único. São consideradas funções públicas de interesse comum:

I - o planejamento integrado para o desenvolvimento regional, de acordo com a política urbana e as diretrizes estabelecidas no estatuto das cidades;

II - a prestação integrada dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros, mobilidade urbana e saneamento básico, compreendidos neste o abastecimento de água, a coleta e o tratamento de esgoto sanitário, o manejo de resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, observadas as políticas nacionais previstas em lei;

III - o exercício do poder de polícia administrativa para:

a) a preservação ambiental;

b) o controle do uso e da ocupação do solo; e

c) a definição e a execução do sistema viário intrarregional; e

IV - a utilização de incentivos técnicos, financeiros e fiscais para o estímulo da atividade econômica.



## CAPÍTULO II

## DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

## Seção I

Da Instituição, da Finalidade e das Competências

Art. 3º Fica instituída a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf), autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento (SPG), dotada de autonomia administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 4º A Suderf terá sede e foro na capital do Estado e competência no território compreendido pela RMF.

Art. 5º A Suderf tem por finalidade a consecução dos objetivos de que trata o art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 6º Compete à Suderf:

I - atuar em consonância com as deliberações do Colégio Superior e do Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf), na forma e nos limites estabelecidos pelo § 3º do art. 25 da Constituição da República e pelo art. 114 da Constituição do Estado;

II - promover, elaborar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado do desenvolvimento regional;

III - promover, coordenar e elaborar estudos, projetos, programas e ações, harmonizando-os com o disposto nos incisos do caput do art. 2º desta Lei Complementar;

IV - coordenar os serviços comuns de interesse da RMF de que trata o inciso II do parágrafo único do art. 2º desta Lei Complementar;

V - articular-se com os órgãos e as entidades da União para viabilizar os programas, as ações, os serviços e as obras de interesse da RMF;

VI - propor ao Poder Executivo estadual, por meio da SPG, a elaboração de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

VII - apresentar ao Poder Executivo de cada um dos Municípios de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei Complementar propostas de atos legislativos e administrativos de interesse da RMF;

VIII - estabelecer diretrizes para a utilização do solo no âmbito da RMF, orientando a elaboração dos planos diretores municipais, de forma integrada com a mobilidade urbana, o saneamento básico e o meio ambiente;

IX - examinar e disciplinar a aprovação dos loteamentos e desmembramentos localizados em área de Município integrante da RMF, observada a legislação em vigor;

X - propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias às suas atividades e finalidades, nos limites de sua competência;

XI - opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse da RMF;

XII - obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para a consecução de suas finalidades;

XIII - promover, mediante convênio e por intermédio dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado do desenvolvimento regional, ultrapassem a competência executiva dos Municípios que constituem a RMF; e

XIV - firmar acordos, convênios ou ajustes com outros órgãos e outras entidades de direito público ou privado para fins de cooperação, assistência técnica e prestação de serviços de interesse comum da RMF.

Parágrafo único. A atuação da Suderf fica vinculada ao Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF, aprovado pelo Coderf.

## Seção II

Da Estrutura Organizacional

Art. 7º A Suderf contará com a seguinte estrutura organizacional:

I - Colégio Superior;

II - Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Coderf);

III - Superintendência-Geral;

IV - Diretoria Técnica; e

V - Diretoria Administrativo-Financeira.

§ 1º Ficam criados na Suderf os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 1 (um) cargo de Superintendente;

II - 1 (um) cargo de Diretor Técnico; e

III - 1 (um) cargo de Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 2º Ato do Chefe do Poder Executivo estadual estabelecerá disposições sobre a organização e a estrutura básica da Suderf.

§ 3º Os cargos de que tratam os incisos I, II e III do § 1º deste artigo deverão ser escolhidos na forma do inciso III do art. 9º, do inciso IX do art. 11 e do art. 20 desta Lei Complementar.

## Subseção I

Do Colégio Superior

Art. 8º O Colégio Superior, órgão máximo de deliberação no âmbito da Suderf, terá a seguinte composição:

I - o Superintendente, que exercerá a Presidência;

II - o Secretário de Estado de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, que exercerá a Vice-Presidência;

III - o Secretário de Estado do Planejamento;

IV - o Secretário de Estado da Infraestrutura; e

V - os Chefes do Poder Executivo de cada um dos Municípios que constituem a RMF.

Parágrafo único. Na ausência ou no impedimento do representante de que trata o inciso I do caput deste artigo, o substituirá o Diretor Técnico da Suderf.

Art. 9º Compete ao Colégio Superior:

I - deliberar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Coderf, pela maioria simples de seus membros;

II - homologar as deliberações do Coderf relacionadas às matérias especificadas nos incisos II, V, VII, VIII e X do art. 11 desta Lei Complementar, pela maioria absoluta de seus membros; e

III - formar lista tríplice para a escolha do Superintendente, do Diretor Técnico e do Diretor Administrativo-Financeiro da Suderf, na forma do art. 20 desta Lei Complementar.

§ 1º Cada membro do Colégio Superior terá direito a 1 (um) voto.

§ 2º Na hipótese de empate, prevalecerá o voto manifestado pelo Presidente do Colégio Superior.

## Subseção II

Do Comitê de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis

Art. 10. O Coderf, órgão de caráter normativo e deliberativo da RMF, será composto por 15 (quinze) membros e igual número de suplentes, de reputação ilibada, designados por ato do Chefe do Poder Executivo estadual, da seguinte forma:

I - 2 (dois) representantes do Estado, indicados pelo Chefe do Poder Executivo;

II - o Diretor Técnico da Suderf, que exercerá a Presidência;

III - 1 (um) representante de cada um dos 8 (oito) Municípios que constituem a RMF, que exercerão a Vice-Presidência;

IV - 1 (um) representante da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS);

V - 1 (um) representante da SPG; e

VI - 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, indicados em lista tríplice por entidades legalmente constituídas e com finalidades comuns aos interesses da RMF.

§ 1º Para o exercício das funções públicas de interesse comum da RMF, os membros e os respectivos suplentes do Coderf deverão possuir:

I - formação universitária; e

II - capacitação técnico-profissional especializada.

§ 2º Os trabalhos do Coderf serão secretariados na forma do seu Regimento Interno.

§ 3º Os Chefes do Poder Executivo de cada Município que constitui a RMF escolherão, por maioria absoluta, o representante que exercerá a Vice-Presidência do Coderf, sendo que a primeira indicação será encaminhada ao Chefe do Poder Executivo estadual no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Lei Complementar.

Art. 11. Compete ao Coderf:

I - promover e aprovar o Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF;

II - deliberar sobre a estruturação e a execução das funções públicas de interesse comum aos Municípios que constituem a RMF;

III - coordenar a execução de programas, projetos, ações, serviços e obras de interesse da RMF, com a finalidade de unificar os serviços de interesses comuns;

IV - formular as diretrizes da política de desenvolvimento da RMF;

V - deliberar sobre planos, projetos, programas, serviços e obras a serem realizados no âmbito da RMF;

VI - estabelecer indicadores de desempenho, bem como metas e prazos de execução das funções públicas de interesse comum da RMF;

VII - propor alteração na área territorial da RMF;

VIII - aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados;

IX - indicar o Superintendente, o Diretor Técnico e o Diretor Administrativo-Financeiro da Suderf, na forma do art. 20 desta Lei Complementar;

X - deliberar sobre a celebração de consórcios, convênios e outros instrumentos congêneres;

XI - constituir câmaras temáticas ou comissões especializadas, com vistas à realização de estudos, planos e projetos relacionados às funções públicas de interesse comum da RMF, de acordo com as diretrizes traçadas no inciso II do parágrafo único do art. 2º desta Lei Complementar; e

XII - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei Complementar, mediante deliberação por maioria simples de seus membros, submetendo-o à aprovação por meio de ato do Chefe do Poder Executivo estadual.

§ 1º Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída poderá apresentar ao Coderf sugestões sobre matérias de interesse comum da RMF.

§ 2º As reuniões do Coderf serão públicas e suas deliberações serão tomadas pela maioria absoluta de seus membros.

§ 3º O Coderf disponibilizará em sítio próprio da internet informações atualizadas de suas deliberações, bem como outras informações de interesse regional.

Art. 12. O Coderf realizará, se assim deliberado por seus membros, audiências públicas para exposição e debate de estudos, políticas, planos, programas e projetos relacionados aos objetivos de que trata o art. 2º desta Lei Complementar.

#### Subseção III

##### Da Superintendência-Geral

Art. 13. A Superintendência-Geral, órgão de representação da Suderf, será composta pelo Superintendente e por sua assessoria.

Parágrafo único. Para o exercício do cargo, o Superintendente deverá possuir:

- I - reputação ilibada;
- II - formação universitária; e
- III - capacitação técnico-profissional especializada.

Art. 14. Compete ao Superintendente:

- I - representar a Suderf;
- II - exercer o comando hierárquico sobre pessoal e serviços, bem como coordenar as competências administrativas da Suderf;
- III - presidir as reuniões do Colégio Superior; e
- IV - julgar, em primeiro grau, as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares, observado o procedimento estabelecido na legislação em vigor.

#### Subseção IV

##### Da Diretoria Técnica

Art. 15. A Diretoria Técnica, órgão de execução da Suderf, será composta pelo Diretor Técnico e por sua assessoria.

Art. 16. Compete ao Diretor Técnico:

- I - realizar e promover estudos e pesquisas relativos ao processo de formação, planejamento e desenvolvimento da RMF, bem como à execução e ao controle das funções públicas de interesse comum;
- II - coletar, analisar e divulgar informações necessárias ao planejamento metropolitano, à execução e ao controle das funções públicas de interesse comum;
- III - propor ao Coderf a promoção de ações integradas na RMF e na Área de Expansão Metropolitana, bem como articular parcerias com órgãos e entidades públicos ou privados para esse fim;
- IV - elaborar e apresentar ao Coderf o Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF;
- V - apoiar os Municípios que constituem a RMF na elaboração e na implementação de planos, programas, projetos e ações de interesse comum da RMF;
- VI - propor ao Coderf normas, diretrizes e critérios para compatibilizar os planos diretores dos Municípios que constituem a RMF com o Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF;
- VII - acompanhar e avaliar a execução dos planos e programas aprovados para a RMF;
- VIII - presidir as reuniões do Coderf; e
- IX - realizar outras atividades de caráter técnico dirigidas ao interesse comum da RMF.

#### Subseção V

##### Da Diretoria Administrativo-Financeira

Art. 17. A Diretoria Administrativo-Financeira, órgão de gerenciamento administrativo da Suderf, será composta pelo Diretor Administrativo-Financeiro e por sua assessoria.

Parágrafo único. Para o exercício do cargo, o Diretor Administrativo-Financeiro deverá possuir:

- I - reputação ilibada;
- II - formação universitária; e
- III - capacitação técnico-profissional especializada.

Art. 18. Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro:

- I - garantir a eficácia e a eficiência do gerenciamento administrativo da Suderf;
- II - auxiliar o Superintendente na gestão da Suderf;
- III - elaborar o planejamento da Suderf, acompanhar e avaliar sua execução e propor medidas que assegurem a consecução dos seus objetivos e das suas metas;
- IV - elaborar a proposta orçamentária da Suderf, acompanhar sua efetivação e sua respectiva execução financeira;
- V - promover, em conjunto com a Diretoria Técnica, a implantação de sistema informatizado voltado ao planejamento e à gestão da RMF;

- VI - preservar a documentação e a informação institucional;
- VII - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de administração e desenvolvimento da gestão de pessoas;
- VIII - coordenar o sistema de administração de material, patrimônio e logística;
- IX - coordenar, orientar e executar as atividades de administração financeira e contábil;
- X - conduzir os procedimentos de contratação de serviços e aquisição de bens; e
- XI - realizar outras atividades inerentes ao funcionamento da Suderf.

#### Seção III

##### Dos Recursos

Art. 19. Constituem recursos da Suderf:

- I - as dotações orçamentárias do Estado e dos Municípios que constituem a RMF;
- II - as dotações orçamentárias ou as transferências da União destinadas à execução de planos, programas, projetos e ações relacionados ao desenvolvimento da RMF;
- III - os produtos de operações de crédito internas ou externas, contraídas pelo Estado ou por Município que constitui a RMF, para financiamento dos objetivos de que trata o art. 2º desta Lei Complementar;
- IV - as receitas decorrentes de financiamentos;
- V - os resultados de aplicações financeiras das disponibilidades transitórias de caixa; e
- VI - os auxílios, as subvenções, as dotações e outros recursos que lhe vierem a ser atribuídos.

#### CAPÍTULO III

##### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. O Superintendente, o Diretor Técnico e o Diretor Administrativo-Financeiro da Suderf serão escolhidos a partir de indicações em listas sextuplas que serão elaboradas pelo Coderf e submetidas ao Colégio Superior para a formação de listas tríplices, as quais serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo estadual para as respectivas nomeações.

Art. 21. A Suderf poderá requisitar, com ônus, servidores e empregados de órgãos e entidades integrantes da administração pública na forma prevista na legislação em vigor.

Art. 22. O plano de cargos e salários, o quantitativo de pessoal e o processo seletivo público deverão ser objeto de lei específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual.

Art. 23. O Estado deverá compatibilizar, no que couber, seus planos, seus programas, seus projetos e suas ações com o Plano Integrado de Desenvolvimento da RMF.

Art. 24. Fica o Chefe do Poder Executivo estadual autorizado a promover as adequações necessárias no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), criar e extinguir unidade orçamentária, bem como abrir crédito especial para atender ao disposto nesta Lei Complementar.

Art. 25. O art. 159 da Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159. ....  
I - .....  
.....  
p) Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (Suderf); e  
II - .....  
.....  
j) Diretor Técnico da Suderf; e  
k) Diretor Administrativo-Financeiro da Suderf.  
II - ..... " (NR)

Art. 26. Fica acrescido o Anexo X-G à Lei Complementar nº 381, de 2007, conforme redação constante do Anexo Único desta Lei Complementar.

Art. 27. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado.

ANEXO ÚNICO

"ANEXO X-G

#### **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (SUDERF)**

ENTIDADE DENOMINAÇÃO DO CARGO	Quantidade	Código	Nível
Superintendente	1		
DIRETORIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA			
Diretor Administrativo-Financeiro	1		
DIRETORIA TÉCNICA			
Diretor Técnico	1		

" (NR)

\*\*\* X X X \*\*\*